

Workshop de Lisboa sobre a Promoção de Hortofrutícolas nos Países de Expressão Portuguesa

Relatório de um workshop conjunto



Organização
Mundial da Saúde



Ministério da Saúde
Direcção-Geral da Saúde

Ministério
da Saúde



Dados internacionais de catalogação na publicação (CIP) - Biblioteca da OMS
Workshop sobre a Promoção de Hortofrutícolas nos Países de Expressão Portuguesa (2005 : Lisboa, Portugal)
Workshop de Lisboa sobre a Promoção de Hortofrutícolas nos Países de Expressão Portuguesa :
relatório de um workshop conjunto 1-2 Setembro de 2005, Lisboa.

Co-published by: FAO, Ministério da Saúde de Portugal/Direcção Geral da Saúde, Instituto de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, Ministério da Saúde do Brasil
1. Fruit. 2. Vegetables. 3. Nutrition policy. 4. Public health. I. Organização Mundial da Saúde.

ISBN 92 4 859402 6
ISBN 978 92 4 859402 1

(Classificação NLM: WB 430)

© Organização Mundial da Saúde 2006

Todos os direitos reservados. As publicações da Organização Mundial da Saúde podem ser pedidas a: Publicações da OMS, Organização Mundial da Saúde, 20 Avenue Appia, 1211 Genebra 27, Suíça (Tel: +41 22 791 3264; fax: +41 22 791 4857; e-mail: bookorder@who.int). Os pedidos de autorização para reprodução ou tradução das publicações da OMS – para venda ou para distribuição não comercial - devem ser endereçados a Publicações da OMS, mesmo endereço (fax: : +41 22 791 4806; e-mail: permissions@who.int).

As denominações utilizadas nesta publicação e a apresentação do material nela contido não significam, por parte da Organização Mundial da Saúde, nenhum julgamento sobre o estatuto jurídico de qualquer país, território, cidade ou zona, nem de suas autoridades, nem tampouco sobre questões de demarcação de suas fronteiras ou limites. As linhas ponteadas nos mapas representam fronteiras aproximativas sobre as quais pode ainda não existir acordo completo.

A menção de determinadas companhias ou do nome comercial de certos produtos não implica que a Organização Mundial da Saúde os aprove ou recomende, dando-lhes preferência a outros análogos não mencionados. Com excepção de erros ou omissões, uma letra maiúscula inicial indica que se trata dum produto de marca registado.

A OMS tomou todas as precauções razoáveis para verificar a informação contida nesta publicação. No entanto, o material publicado é distribuído sem nenhum tipo de garantia, nem expressa nem implícita. A responsabilidade pela interpretação y utilização deste material recai sobre o leitor. Em nenhum caso se poderá responsabilizar a OMS por qualquer prejuízo resultante da sua utilização.

A responsabilidade pelas opiniões exprimidas nesta publicação cabe exclusivamente aos seus autores citados pelo nome.

Créditos das fotografias:

Capa: OMS/V. Candeias

Workshop de Lisboa sobre a Promoção de Hortofrutícolas nos Países de Expressão Portuguesa "Relatório de um Workshop Conjunto 1 - 2 Setembro de 2005, Lisboa"

Páginas interiores: p. 4 OMS/P. Virot; p. 5 UNECE; p.6 OMS/V. Candeias; p.8 OMS/V. Candeias; p.9 FAO/W. O. Baudoin; p.10 UNECE, OMS/A. Schiebel; p.11 UNECE; p.13 UNECE; p.14 OMS/V. Candeias, UNECE; p.16 OMS/V. Candeias; p.17 OMS/P. Virot;

p.18 FAO/W.O. Baudoin; p.20 FAO/W.O Baudoin; p.21 OMS/V. Candeias; p.23 OMS/V. Candeias; p.24 OMS/V. Candeias; p. 28 OMS/A. Schiebel; p. 29 FAO/W.O. Baudoin; p. 33 OMS/V. Candeias; p. 34 OMS/V. Candeias; p. 36 OMS/A. Sciebel; p. 40 OMS/A. Schiebel; p. 46 OMS/V. Candeias

Workshop de Lisboa sobre a Promoção de Hortofrutícolas nos Países de Expressão Portuguesa

Relatório de um workshop conjunto
1-2 Setembro de 2005, Lisboa



Organização
Mundial da Saúde



Ministério da Saúde
Direcção-Geral da Saúde

Ministério
da Saúde





7
花
菜

878882877
878882877
878882877

Conteúdos



1	Introdução - contextualização e organização do evento	7
2	Apresentações	9
2.1	Hortofrutícolas - benefícios para a saúde resultantes do seu consumo	9
2.2	Guia de Orientação OMS/FAO de Kobe para a promoção de hortofrutícolas ao nível nacional	10
2.3	A promoção da alimentação saudável no contexto da segurança alimentar e nutricional (CONSEA)	11
2.4	O incentivo ao consumo de fruta, legumes e verduras (FL&V): perspectivas do Brasil - 2005	11
2.5	Promovendo fruta e vegetais para a segurança alimentar e nutricional	12
2.6	Promoção do consumo adequado de fruta e hortícolas em adolescentes europeus	13
2.7	A implantação da Estratégia Global e o incentivo de fruta, legumes e verduras no contexto das DCNT no Brasil - 2005	14
2.8	Promoção do consumo de fruta e hortaliças na cidade do Rio de Janeiro	15
2.9	Comunicar a saúde e promover a educação na saúde - os players	16
3	Recomendações dos participantes do workshop de Lisboa	17
4	Conclusões dos Grupos de Trabalho:	18
4.1	Grupo de trabalho - Agricultura	18
4.2	Grupo de trabalho - Saúde	19
4.3	Grupo de trabalho - Cabo Verde, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe, Timor-Leste	21
4.4	Grupo de trabalho - Angola, Brasil, Mozambique	22
4.4	Grupo de trabalho - Portugal	23
5	Follow up do trabalho iniciado no workshop de Lisboa	24
6	"Guia OMS/FAO para a Promoção de Fruta e Hortícolas ao Nível Nacional" - versão Portuguesa	25
6.1	Princípios de orientação para a elaboração de um programa para a promoção de fruta e hortícolas	25
6.2	Características dos consumidores e das redes de abastecimento de fruta e hortícolas	26
6.2.1	Características dos consumidores e das redes de abastecimento de fruta e hortícolas	26
6.2.2	Pontos de entrada para os programas de promoção de fruta e hortícolas	28
6.2.3	Barreiras à promoção/consumo de fruta e hortícolas	30
6.3	Identificação dos intervenientes	30
6.4	Equipa coordenadora nacional	31
6.5	Identificação das metas e objectivos nacionais	32
6.5.1	Considerações sobre o estabelecimento de objectivos	32
6.6	Actividades ao nível nacional	34
6.6.1	Políticas nacionais e planos de acção já existentes	34
6.6.2	Possíveis intervenções ao nível nacional	34
6.7	Fontes de dados e recolha de dados	39
6.8	Monitorização e avaliação	40
	Anexos 1	42
	Lista de participantes	
	Anexos 2	44
	Programa do workshop de Lisboa	
	Anexos 3	45
	Lista de abreviaturas	



1 Introdução

A evidência científica actual comprova que o adequado consumo de hortofrutícolas pode prevenir o aparecimento de diversas doenças crónicas não transmissíveis (DCNT) tais como doenças cardiovasculares, diabetes do tipo 2 e determinados tipos de cancro. O Relatório Mundial de Saúde publicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2002, identifica o baixo consumo de hortofrutícolas como um importante factor de risco para o aparecimento de doença e morte prematura. Estima-se que o reduzido consumo de hortofrutícolas seja responsável por cerca de 19% dos cancros gastrointestinais, 31% da doença cardiovascular isquémica e por 11% dos enfartes do miocárdio, e que potencialmente mais de 2,7 milhões de vidas podiam ser salvas todos os anos se cada pessoa consumisse quantidades adequadas de fruta e vegetais¹.

Nos países em desenvolvimento, especialmente nas populações com baixo consumo de alimentos de origem animal tais como carne, leite e lacticínios, o reduzido consumo de hortofrutícolas contribui determinantemente para as deficiências em micronutrientes, agravando o estado de mal nutrição destas populações².

O recente relatório conjunto da OMS/FAO sobre dieta, nutrição e a prevenção de DCNT, resultante de uma extensa consulta a peritos nesta matéria, recomenda o consumo mínimo de 400 g de hortofrutícolas por dia (excluindo batatas e outros tubérculos) para a prevenção de DCNT, tais como doenças cardiovasculares, cancros, diabetes e obesidade, e também para a prevenção e correcção de várias deficiências em micronutrientes, principalmente nos países menos desenvolvidos³.

A análise de dados estatísticos globais, das balanças alimentares da FAO e de outros dados disponíveis, indicam que o consumo de hortofrutícolas nos países lusófonos é significativamente inferior às recomendações actuais, por isso a promoção do consumo destes alimentos revela-se de primordial importância e deverá ser encarada como uma prioridade nas políticas nutricionais, alimentares e agrícolas destes países⁴.

Em Novembro de 2003, no Rio de Janeiro, a OMS e a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) lançaram uma iniciativa conjunta destinada à promoção dos hortofrutícolas. No âmbito desta **Iniciativa de Promoção de Fruta e Hortícolas**, e integrado nas actividades de implementação da **Estratégia Global da OMS sobre Alimentação, Actividade Física e Saúde**, realizou-se em Setembro de 2004, o primeiro workshop conjunto OMS/FAO sobre hortofrutícolas e saúde, que decorreu em Kobe, Japão, no Centro OMS/Kobe para a Saúde e Desenvolvimento. Este workshop juntou mais de 50 peritos das áreas

da saúde, nutrição, agricultura e horticultura, principalmente de países em desenvolvimento que em conjunto desenvolveram o "Guia de orientação para a promoção de hortofrutícolas ao nível nacional".

Reconhecendo a necessidade comum a todos os países lusófonos de promover o consumo de fruta e hortícolas, beneficiando da facilidade de comunicar na mesma língua e das excelentes ligações diplomáticas partilhadas entre todos estes países, realizou-se em Setembro de 2005, o primeiro workshop visando a discussão da implementação do *Guia de Orientação OMS/FAO* produzido em 2004 em Kobe.

Os principais objectivos do workshop de Lisboa para a promoção de hortofrutícolas nos países de expressão portuguesa foram rever as actividades de promoção do consumo de hortofrutícolas que estão a decorrer nos países lusófonos; estudar e discutir a possibilidade de implementar o "*Guia de Orientação OMS/FAO para a Promoção de Hortofrutícolas ao Nível Nacional*" e desenvolver planos de acção específicos para a implementação deste Guia em cada um dos países participantes, num futuro próximo, usufruindo para isso do apoio da rede de contactos a estabelecer no decorrer do workshop.

¹ *The World Health Report 2002. Reducing risks, promoting healthy life.* Geneva, World Health Organization, 2002.

² *Fruit and Vegetable for Health.* Report of a Joint FAO/WHO Workshop, 1-3 September 2004, Kobe, Japan. World Health Organization; Geneva, 2005.

³ *Diet, Nutrition and the Prevention of Chronic Diseases. Report of a Joint FAO/WHO Expert Consultation.* Geneva, World Health Organization, 2003 (WHO Technical Report Series, No. 916)

⁴ Documento Informativo para o "Workshop de Lisboa sobre a Promoção de Fruta e Vegetais nos Países de Expressão Portuguesa". Instituto de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa; OMS; FAO; Direcção Geral da Saúde Portuguesa; Ministério da Saúde do Brasil. Lisboa, 2005



A organização deste workshop resultou da parceria estabelecida entre o Instituto de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa (IMP-FML), a Direcção Geral da Saúde Portuguesa (DGS), a Organização Mundial da Saúde (OMS - Genebra), a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO - Roma) e o Ministério da Saúde do Brasil. As cinco instituições organizadoras trabalharam em parceria para suportar os custos resultantes da organização do evento, e desenvolveram conjuntamente o programa científico do workshop, o trabalho de preparação prévio que os participantes tiveram que desenvolver e as linhas de orientação para a discussão dos grupos de trabalho.

O workshop decorreu nos dias 1 e 2 de Setembro de 2005, em Lisboa, nas instalações da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. No total, participaram neste workshop cerca de 45 pessoas, entre participantes, observadores e elementos da organização. Todos os países lusófonos (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau,

Moçambique, Portugal, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste) estiveram representados. As delegações incluíram, sempre que possível, representantes de instituições governamentais (Ministérios da Saúde e Agricultura) oficialmente nomeados para participarem neste evento. Com o estatuto de observadores, estiveram presentes vários representantes da indústria, associações de produtores e outros. Foi ainda possível contar com a colaboração de um representante do programa "5 al día" espanhol, com um representante do CIRAD (Centro de Cooperação Internacional em Investigação Agronómica para o Desenvolvimento - França) e com um representante da WUWM (World Union of Wholesales Markets).

O relatório a seguir apresentado é referente aos dois dias de trabalho do Workshop de Lisboa, e inclui sumários das apresentações feitas, resumos das discussões dos grupos de trabalho, recomendações dos participantes do workshop e actividades de continuação do trabalho iniciado em Lisboa.

② Apresentações:

O Director do IMP-FML e Alto Comissário da Saúde de Portugal, Prof. Doutor José Pereira Miguel, presidiu à sessão de abertura do Workshop. Referiu quais as principais actividades do IMP e qual a articulação deste Instituto com a Faculdade de Medicina. Salientou ainda e, de acordo com as funções de Alto Comissário, como se integra a promoção dos hortofrutícolas no Plano Nacional de Saúde Português 2004-2010, e qual a importância deste instrumento estratégico no cenário da saúde Portuguesa.

Na sua intervenção foi salientado o interesse de Portugal em colaborar com os restantes países lusófonos na implementação de programas nacionais de promoção do consumo de hortofrutícolas, assumindo o compromisso de repetir outro workshop num futuro próximo para acompanhamento das actividades realizadas em cada um dos países participantes e nova troca de experiências. Foi ainda reforçada a importância do trabalho em parceria de todas as instituições organizadoras para a concretização deste Workshop, tendo sido feito um particular agradecimento a todas as instituições nacionais e internacionais pela contribuição financeira dada para a organização deste evento.

>>> 2.1 Hortofrutícolas: importância para a saúde

Prof. Doutor Pedro Moreira, Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto

Em Portugal consomem-se cerca de 147g de hortícolas e cerca de 173g de fruta por dia. Estes valores são inferiores aos encontrados para outros países do sul da Europa com dietas tradicionalmente mediterrânicas, como a Grécia, Itália e Espanha.



Os hortofrutícolas contêm na sua constituição, para além da sua riqueza em fibras, vitaminas e minerais, uma grande variedade de elementos fitoquímicos. Os fitoquímicos podem ser organizados em cinco grandes grupos: carotenoides (onde se incluem os carotenos, licopeno, criptoxantina, entre outros), compostos fenólicos (onde se incluem vários grupos de compostos, por ex.: ácidos fenólicos, flavonóides, taninos etc.), alcalóides, compostos nitrogenados e compostos organosulfurados.

A evidência científica sobre os efeitos benéficos dos diferentes constituintes dos hortofrutícolas é crescente, e os dados experimentais e epidemiológicos quanto ao efeito protector resultante do consumo adequado destes alimentos são consistentes para várias doenças crónicas não transmissíveis (ex.: DCV, determinados tipos de cancro, obesidade, etc.). O mecanismo através do qual os fitonutrientes e os micronutrientes actuam no nosso organismo, e a interacção entre eles é actualmente alvo de muitos estudos.

As recomendações alimentares actuais preconizam que o consumo total de hortícolas deva representar entre 5,6% e 9,1% do valor energético total consumido diariamente, o que representará entre 320g e 520g de hortícolas por dia, dos quais 160g a 240g devam ser folhas verdes. Relativamente à fruta esta percentagem deverá variar entre 1,4% e 4,9% do valor energético total, o que significa um consumo diário entre 80g e 280g, dos quais 40g a 120g devem ser citrinos.

>>> 2.2 *Guia de Orientação OMS/FAO de Kobe para a Promoção de Hortofrutícolas ao Nível Nacional*

Dra. Ingrid Keller - Organização Mundial da Saúde, Genebra

Em 2002, 58,6% do total de mortes foram acusadas por doenças crónicas não transmissíveis (DCNT), ou seja num total de 57 milhões de mortes, cerca de 37 milhões foram causadas por DCNT. Os principais factores de risco para o aparecimento destas doenças de acordo com o Relatório Mundial da Saúde de 2002, são: hipertensão arterial, hipercolesterolemia, excesso de peso, sedentarismo e baixo consumo de fruta e vegetais.

A evidência científica sobre o efeito do adequado consumo de hortofrutícolas na prevenção das DCNT, tais como doenças cardiovasculares, diabetes e determinados tipos de cancro, é convincente. A OMS e a FAO recomendam a ingestão de 400g de hortofrutícolas por dia como um objectivo populacional, no entanto os dados actuais mostram que esta recomendação não é conseguida na maior parte dos países.

Como resultado do generalizado baixo consumo de hortofrutícolas foi lançada a ***Iniciativa da OMS/FAO para a Promoção de Fruta e Vegetais***, integrada no âmbito da ***Estratégia Global de Alimentação, Actividade Física e Saúde da OMS*** principais objectivos desta ***Iniciativa*** são: com os seguintes objectivos: incentivar a produção e consumo de hortofrutícolas para favorecer a melhoria do estado de saúde da população e prevenir o aparecimento de carências nutricionais e de DCNT e de avançar cientificamente na área da produção, distribuição, aumento do consumo e estudo dos benefícios para a saúde resultantes do consumo de hortofrutícolas.

No âmbito da implementação desta Iniciativa, a OMS e a FAO organizaram em conjunto, em Setembro de 2004 em Kobe, Japão, um workshop que reuniu mais de 50 especialistas, de cerca de 20 nacionalidades diferentes, das áreas de nutrição, saúde e agricultura.

Neste workshop desenvolveu-se o "***Guia de Orientação OMS/FAO para a Promoção de Hortofrutícolas ao Nível Nacional***" (versão portuguesa disponível em www.who.int/dietphysicalactivity/fruit/en). De acordo com este guia, quando se elabora um projecto nacional destinado à promoção de hortofrutícolas existem premissas fundamentais a considerar: disponibilidade, acessibilidade, poder de



compra, aceitação cultural, equidade e desigualdades sociais, abordagem holística e integração das actividades, sustentabilidade, características dos consumidores e das redes de abastecimento de fruta e hortícolas (possíveis pontos de entrada e barreiras à implementação das actividades planeadas). De um modo geral, existem 4 grupos de consumidores a considerar: 1)pequenos proprietários rurais, que são produtores de fruta e hortícolas para consumo próprio e abastecimento de pequenos mercados locais; 2)consumidores mistos - rurais e urbanos - que também dependem do abastecimento comercial; 3)consumidores dependentes dos mercados e 4)consumidores institucionais. Na elaboração dos planos nacionais é fundamental identificar todos os intervenientes interessados, definir a equipa coordenadora nacional, identificar as metas e os objectivos nacionais, planear as actividades a implementar de modo a que estas sejam sinérgicas com as políticas nacionais existentes e outras actividades a decorrer.

Todos os planos nacionais desenhados devem incluir monitorização, avaliação do processo, e impacto das actividades desenvolvidas e implementadas.

Cabe à OMS, entre outras funções, fornecer evidência científica, fortalecer a ligação entre a saúde e a agricultura através da sua colaboração com a FAO e providenciar instrumentos e modelos para a promoção dos hortofrutícolas, e sua avaliação, especialmente nos países em desenvolvimento.





>>> 2.4 O incentivo ao consumo de fruta, legumes e verduras (FL&V): perspectivas Brasil - 2005"

Dra. Ana Beatriz Vasconcellos - Coordenadora Geral da Política de Alimentação e Nutrição, Ministério da Saúde do Brasil

Em termos de problemas alimentares e nutricionais, o Brasil enfrenta não só problemas com desnutrição infantil, carências em micronutrientes, fome e insegurança alimentar, mas também graves problemas de obesidade e outras DCNT.

As principais directrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição incluem: 1) o estímulo às acções intersectorias visando o acesso universal aos alimentos; 2) a garantia da segurança e da qualidade dos alimentos e da prestação de serviços nesse contexto; 3) a monitorização da situação nutricional do país; 4) a prevenção e controlo dos distúrbios nutricionais e doenças associadas à alimentação e nutrição; 5) a promoção de práticas alimentares saudáveis; 6) desenvolvimento de linhas de investigação e desenvolvimento e capacitação de recursos humanos.

Para a promoção da alimentação saudável são prioritárias as seguintes premissas: realização de acções de incentivo ao consumo de FL&V; a promoção da alimentação saudável nas escolas, a regulamentação da publicidade e comercialização de alimentos, na perspectiva de protecção à saúde da população e a implementação da rotulagem nutricional.

No sentido de promover o consumo de FL&V foi desenvolvida a "Iniciativa brasileira de incentivo ao consumo de FL&V" cujos principios norteadores são: a alimentação saudável, a segurança alimentar e nutricional são um direito humano; informar as pessoas sobre os benefícios para a saúde do maior consumo de FL&V, é primordial; assegurar a disponibilidade e o acesso igual de todos os cidadãos a estes alimentos; estabelecer parcerias e assegurar a intersectorialidade das actividades; que esta iniciativa deve ser sinérgica com a Política Nacional de Alimentação e Nutrição; a importância que o consumo adequado de hortofrutícolas assume

>>> 2.3 A promoção da alimentação saudável no contexto da segurança alimentar e nutricional (CONSEA)

Dra. Ana Beatriz Vasconcellos - Coordenadora Geral da Política de Alimentação e Nutrição, Ministério da Saúde do Brasil

O CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), é um órgão recriado em 2003, ligado à Presidência da República, que tem como principal objectivo propor, ao Presidente, directrizes de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. No Brasil, entende-se por Segurança Alimentar e Nutricional, a garantia a todos, de condições de acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, baseada em práticas alimentares saudáveis, sem nunca comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.

No âmbito das atribuições do CONSEA, especificamente integrado na Câmara Temática da Saúde e Nutrição, foi criado em Outubro de 2004, um Grupo de Trabalho cuja principal tarefa é desenvolver uma proposta para uma política de alimentação adequada e saudável.

Como resultado da actividade deste grupo, e suportadas pela evidência científica actual no Brasil, foram encaminhadas pela presidência do CONSEA ao sectores apropriados as seguinte directrizes, para a promoção do consumo de fruta, legumes e verduras: 1) a necessidade de triplicar o consumo de fruta, legumes e verduras de 132g/dia para 400g/dia recomendadas internacionalmente; 2) a elaboração de um documento pela Presidência do CONSEA aos Ministros com a descrição das suas acções na matriz e solicitação de posicionamento; 3) a realização de uma reunião plenária do CONSEA, em Novembro de 2005, com a presença do Presidente da República e de Ministros representantes dos sectores envolvidos com o tema, para a discussão de estratégias de articulação governamental para a promoção da alimentação adequada e saudável; e 4) a identificação de outras acções, com a descrição de pesquisas relevantes a serem desenvolvidas no âmbito da saúde e da agricultura, campanhas inovadoras governamentais e da sociedade civil a serem incluídas na proposta elaborada pelo GT.

O grupo de trabalho reconhece a necessidade de apoiar o conceito de alimentação saudável e adequada numa perspectiva, estratégica intersectorial para garantir o acesso à segurança alimentar e nutricional. Nesta perspectiva refere-se que o principal propósito do trabalho a desenvolver é o de garantir a todos uma alimentação saudável e adequada, através da integração entre diferentes sectores, que se articulam com um objectivo comum, o de aumentar o consumo de FL&V na população brasileira.

na prevenção de DCNT e de carências em micronutrientes; a necessidade de dar prioridade a classes sociais menos favorecidas; estas iniciativas deverão actuar tanto na oferta, como na procura e consumo de FL&V; e que é necessário proceder à vigilância, monitorização e avaliação de toda a cadeia desde a produção até ao consumidor.

Para que esta iniciativa seja o mais adaptada possível à realidade brasileira, foram considerados vários aspectos positivos e negativos na demanda, consumo e oferta. Exemplos de aspectos positivos considerados: FL&V são frequentemente vistos como alimentos saudáveis; o Brasil está situado numa área tropical com uma enorme variedade de FL&V que podem ser produzidos durante o todo o ano. Foram considerados os seguintes aspectos negativos: os FL&V são relativamente caros (relação custo por caloria); o cultivo de FL&V requer usualmente uma grande quantidade de água ou o uso intensivo de pesticidas.

Outras iniciativas levadas a cabo pelo sector da saúde incluem: o guia alimentar da população brasileira, a implantação do protocolo das cantinas saudáveis em parceria com SVS, ANVISA, FNDE e UnB.

>>> 2.5 Promovendo fruta e vegetais para a segurança alimentar e nutricional

Dr. Eric Kueneman - Chefe da Divisão de Produção de Plantas, FAO

A FAO está comprometida a ajudar os seus Estados Membros a produzirem mais fruta e hortícolas, contribuindo assim para a erradicação da pobreza (que é um dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio), facilitando a redução da fome e desnutrição em 50% até 2015, combatendo as carências em micronutrientes de acordo com as recomendações da Conferência Internacional de Nutrição (ICN – 1992).

Recentemente a FAO, conjuntamente com a OMS, desenvolveu a Iniciativa de Promoção de Hortofrutícolas; e de acordo com o PWB 2004-2005 da FAO e também com o seu papel no MTP 2006-2011, a hortofruticultura é vista como um meio de melhorar as condições de vida da população e de promover a segurança alimentar e nutricional. Na perspectiva da FAO enquanto instituição, é necessário conhecer e atender às necessidades da população mundial, actualmente em expansão, reduzir as desigualdades de consumo entre classes sociais, utilizar a hortofruticultura como meio de obtenção de rendimentos, como forma de combater a desnutrição e fome, prevenir as DCNT e alcançar globalmente a recomendação populacional de consumir 150 kg per capita/ano de F&H.

Existe um amplo envolvimento de várias divisões da FAO para o apoio à concretização destes objectivos: Divisão de produção e protecção de plantas (AGP); Divisão de nutrição e alimentação (ESN); Divisão de serviços agrícolas (AGS); Produtos básicos e comércio (ESC) e Divisão de Operações (TCO). A FAO participa na elaboração de várias ferramentas facilitadoras do desenvolvimento do trabalho na área da promoção dos F&H: codex alimentarius; hortivar (base de dados com informação sobre a performance e características das culturas); uma base de dados com a composição nutricional dos produtos hortícolas visando o fornecimento de informação que ajude os países a seleccionar o conjunto de alimentos nutricionalmente mais adequado para as campanhas de promoção de F&H.

A FAO apoia projectos de horticultura no campo de várias formas, entre as quais: TCP (programa de cooperação técnica); GCP (cooperação do governo e projectos descentralizados de cooperação); UTF (fundos de confiança unilateral) e o Telefood. O apoio à horticultura baseada em projectos foca três grandes conjuntos temáticos: a horticultura rural de subsistência – cujo principal objectivo é a melhoria do estado nutricional e da alimentação para auto-consumo; a horticultura urbana e peri-urbana – cujo principal objectivo é a nutrição e o aumento do rendimento monetário; e a horticultura comercial especializada – cujo principal objectivo é o aumento dos rendimentos por meio de comércio especializado.

No contexto da iniciativa conjunta OMS/FAO, o grande objectivo da FAO é promover a segurança alimentar e nutricional, aumentando o consumo de F&H. Assim, para a articulação com esta Iniciativa e com todas as outras actividades levadas a cabo pela FAO para a promoção de fruta e hortícolas, e tendo sempre em vista a melhoria da segurança nutricional e alimentar, os principais determinantes considerados são: a educação nutricional; a eficiência na cadeia de abastecimento (capacidade de construção de uma corrente custo-benefício, qualidade e segurança na produção do alimento, pós-colheita e mercado); construção e adopção de boas práticas agrícolas; intercâmbio de informações entre os Estados Membros; actualização das bases de dados e ferramentas da FAO; criação de parcerias; e o estabelecimento de um sistema eficaz para a fazer a monitorização e avaliação do impacto das intervenções. Na avaliação do impacto das actividades promovidas pela FAO, os indicadores utilizados verificarão se houve um aumento na variedade e no consumo de fruta e hortícolas nos grupos alvo; se houve um aumento do rendimento monetário nos grupos de interesse e se se verificou uma diminuição na prevalência das DCNT.

>>> 2.6 Promoção do consumo adequado de fruta e hortícolas em adolescentes europeus - Projecto Pro-children Portugal

Prof. Doutora Maria Daniel Vaz de Almeida - Coordenação Portuguesa do projecto Pro-Children, Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto

O projecto Pro-Children é um projecto de investigação europeu em que participam 9 países (Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Holanda, Islândia, Noruega, Portugal e Suécia) com o objectivo geral de desenvolver estratégias eficazes para promover o consumo adequado de fruta e hortícolas (F&H) em adolescentes europeus, com 11-12 anos de idade. Os objectivos específicos deste projecto são: avaliar o consumo de F&H em adolescentes e respectivos pais; identificar os determinantes do consumo de F&H em adolescentes; e desenhar, implementar e avaliar um programa de intervenção.

Financiado pela União Europeia, o Pro Children é coordenado a nível internacional pelo Instituto de Investigação em Nutrição da Universidade de Oslo (Institute for Nutrition Research; University of Oslo, Norway) e a nível nacional pela Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto.

Iniciado em Abril de 2002 e com a duração de 4 anos, este projecto engloba várias etapas de trabalho. Portugal participa nas etapas que compreendem o desenvolvimento de um instrumento de avaliação de consumo de F&H; na identificação dos determinantes psico-sociais de consumo de F&H e desenvolvimento de um instrumento que avalie estes mesmos determinantes; nos estudos transversais que são levados a cabo por todos os países, e na etapa final de divulgação e publicação dos resultados, em 2006.

Em Portugal, foram aplicados dois inquéritos, um aos adolescentes e outro aos respectivos pais. Os inquéritos aplicados abrangem, para ambos os grupos populacionais, um questionário alimentar cuja metodologia inclui o registo alimentar das 24h anteriores e a frequência alimentar e um outro questionário que avalia os determinantes do consumo de F&H. A amostra portuguesa é constituída por 2118 adolescentes e 1346 mães.

Os principais resultados encontrados indicam que os adolescentes portugueses considerados neste estudo consomem cerca de 153g de fruta/dia e 111g de hortícolas/dia (a sopa é a principal fonte dos hortícolas consumidos diariamente). Os principais determinantes psico-sociais nos adolescentes, para o consumo de F&H são: o conhecimento, as preferências, o gosto, a auto-eficácia, o modelo/normas, a obrigatoriedade familiar e o “levar para a escola”. Comparando com os valores de consumo de F&H nos outros países, os adolescentes portugueses são, tal como os austríacos, os que apresentam um consumo de F&H mais elevado (264g de F&H/dia), e o menor consumo verificou-se na Islândia (143g de F&H/dia).

Analisando os hábitos de consumo das mães incluídas neste estudo constata-se que estas consomem cerca de 211g de fruta/dia e 169g de hortícolas/dia (em que também a sopa é a principal fonte de hortícolas consumidos diariamente). Comparando com os valores de consumo de F&H nos outros países, as mães portuguesas são as que apresentam um consumo de F&H mais elevado (380g de F&H/dia), e o menor consumo verifica-se na Islândia (143g de F&H/dia).



O programa de intervenção incluído na dimensão europeia deste projecto foi implementado pela Espanha, Holanda e Noruega. Este programa compreende 4 principais componentes: curricular, familiar, ambiente escolar e outras adicionais; que se articulam e que são postas em prática de acordo com a forma que cada programa assume nos diferentes países. Em relação a esta etapa ainda não é possível apresentar resultados pois o processo encontra-se ainda em análise.

>>> 2.7 A implementação da Estratégia Global e o incentivo de fruta, legumes e verduras no contexto das DCNT no Brasil - 2005

Dra. Deborah Malta - Coordenação Nacional de Doenças e Agravos Não Transmissíveis, Ministério da Saúde do Brasil

São muitos os factores que contribuem para a crescente prevalência das DCNT sendo de salientar a transição epidemiológica, a transição nutricional, a transição demográfica (envelhecimento populacional acelerado e urbanização) e a globalização.

No Brasil, as DCNT lideram a morbidade e despesas hospitalares no país. A prevalência de excesso de peso e obesidade está a aumentar em todas as faixas etárias, especialmente nas mulheres das classes sociais mais desfavorecidas. Verifica-se um aumento significativo do consumo de gorduras saturadas e hidrogenadas, a substituição do consumo de alimentos ricos em nutrientes, por outros nutricionalmente mais pobres, mas energeticamente densos, o aumento do consumo de alimentos salgados e gordurosos e uma acentuada redução nos níveis de actividade física.

Assim, e face à realidade encontrada, implementou-se o sistema de vigilância de DCNT cujos principais objectivos são: a análise das tendências temporais de morbidade e mortalidade; a monitorização dos factores de risco; a indução e apoio a acções de promoção da saúde, prevenção e controle; a monitorização e avaliação das intervenções realizadas; a validação e melhoria dos instrumentos e indicadores utilizados, bem como a disseminação discussão e capacitação de todo o sistema.

Tendo em consideração que é de primordial importância fazer a prevenção integrada de factores de risco comuns às DCNT, e face à situação actual do Brasil, foi desenvolvida a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS).

Esta PNPS tem como prioridades a implementação da *Estratégia Global da OMS para a Alimentação, Actividade Física e Saúde*; a prevenção das violências; promover e facilitar a criação de ambientes saudáveis; reorientar os serviços de saúde; construir os planos directores dos municípios; promover a cultura da solidariedade e da responsabilidade social nas esferas governamentais, sociedade civil e todos os cidadãos de modo a desenvolver estilos de vida mais saudáveis.



O projecto Brasil Saudável foi lançado em Junho de 2005, no âmbito da PNPS, que entre outros objectivos, visa: a constituição de núcleos para a actividade física nas 27 capitais brasileiras; promover a instituição de ambientes livres de tabaco; levar a cabo inquéritos escolares, de 2 em 2 anos, sobre os principais factores de risco para a saúde nos alunos matriculados na 7ª série do ensino obrigatório (amostra com 72000 adolescentes); prevenir acidentes e violências e criar o grupo de trabalho “Alimentação Saudável para escolares/Estratégia Global” que por sua vez pretende elaborar um projecto para a ampliação da disponibilidade de alimentação saudável nas escolas e pelo envolvimento da comunidade escolar em acções de educação alimentar.

>>> 2.8 "Promoção do consumo de fruta e hortaliças na cidade do Rio de Janeiro"

Dra. Inês Rugani - Secretária Municipal de Saúde do Rio de Janeiro

A prefeitura da cidade do Rio de Janeiro desenvolve actividades alinhadas com os preceitos de Cidades Saudáveis e de Escolas Promotoras de Saúde, com as diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, com as directrizes da *Estratégia Global de Alimentação, Actividade Física e Saúde da OMS* e com a iniciativa de promoção dos hortofrutícolas da OMS/FAO.

As iniciativas desenvolvidas e implementadas podem ser organizadas em 3 grandes grupos: estímulo (acções destinadas à difusão de informação e de motivação para a adopção de hábitos alimentares saudáveis); apoio (acções que facilitam a prática de hábitos saudáveis) e acções de protecção (impedem que colectividades e indivíduos fiquem expostos a factores e situações que estimulam práticas não saudáveis).

Como exemplo de actividades de estímulo podem-se referir os seguintes projectos: "Com Gosto de Saúde", "Semana de Alimentação Escolar", "Culinária, Saúde e Prazer" e "Rio Saudável Gastronomia". O projecto "Com Gosto de Saúde" está actualmente a decorrer em 1040 escolas, envolvendo 44 mil professores e 750 mil alunos. Tem como principal objectivo promover a educação nutricional no quotidiano das escolas de ensino fundamental (alunos de 5 a 14 anos), através da disponibilização de materiais pedagógicos e educativos. A semana de alimentação escolar decorre anualmente na terceira semana de Maio, em todas as escolas públicas do ensino fundamental. O principal objectivo desta actividade é mobilizar a comunidade escolar para a promoção da alimentação saudável. O tema de 2005 foi "Fruta, legumes e verduras: pelo menos 5 porções ao dia". O projecto "Culinária, saúde e prazer" está também a decorrer actualmente e tem como principais objectivos: valorizar a prática da culinária na promoção da alimentação saudável; promover entre os participantes a reflexão sobre os elos entre culinária, prazer e saúde e difundir a cultura de que alimentação saudável e prazer podem caminhar juntos. Realizam-se oficinas vivenciais de culinária, seguidas de grupos focais e rodas de debate sobre os assuntos surgidos nos grupos focais. Este projecto é dirigido a professores, profissionais da rede básica de saúde, adolescentes, entre outros.

O principal objectivo do projecto "Rio Saudável Gastronomia", realizado em 2003, foi promover a articulação prática dos conceitos de gastronomia e saúde. Participaram nesta iniciativa 72 restaurantes em parceria com diversas instituições da sociedade civil, tendo-se realizado o festival de gastronomia saudável, no qual todos os restaurantes interessados disponibilizaram pelo menos um prato que correspondesse a parâmetros nutricionais estabelecidos pela organização do evento.

O programa de alimentação escolar é um exemplo de uma actividade de apoio. Através deste programa são fornecidas gratuitamente de uma a cinco refeições diárias, dependendo da idade e do tempo de permanência do aluno na escola, para o universo de alunos da rede pública municipal de ensino (cerca de 750 mil alunos) durante o período lectivo.

Como exemplo de medida de protecção pode-se referir a existência de um decreto municipal e de uma lei estadual que regulamentam a venda de alimentos nas cantinas das escolas públicas municipais e nas cantinas de escolas públicas e particulares de todo o Estado do Rio. O objectivo é restringir, no ambiente escolar, o acesso dos alunos a alimentos ricos em gordura, açúcar e sal e incentivar o consumo de alimentos ricos em micronutrientes e fibras (tais como fruta, legumes e verduras).

Na cidade do Rio de Janeiro faz-se a monitorização regular do estado nutricional e hábitos alimentares de crianças menores de 1 ano de idade, de alunos do ensino público municipal e de factores de risco e protecção à saúde entre adolescentes.

Com o intuito de consolidar a implementação da *Estratégia Global da OMS para a Alimentação, Actividade Física e Saúde* na cidade, foi criado um comitê inter-institucional de mobilização que inclui representantes: da prefeitura da cidade, do Instituto Nacional do Câncer, do Conselho Regional de Nutricionistas, da EMBRAPA-Agroindústria de Alimentos, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, do Instituto Brasileiro de Orientação Alimentar, entre outros. Uma das prioridades de acção deste comitê é o apoio ao Programa 5 ao Dia, que na cidade do Rio de Janeiro tem como principais grupos alvo as escolas, os locais de trabalho (empresas) e redes de comércio varejista de alimentos.

>>> 2.9 Comunicar a saúde e promover a educação na saúde - os players (actores)

Dra. Isabel de Santiago - Assessora e Consultora em Comunicação em Saúde, Ministério da Saúde de Portugal

A comunicação desempenha um papel de primordial importância para a prevenção da doença. Assim, é necessário investir na prevenção para se reduzirem os custos com o tratamento.

Quando se fala de comunicação em saúde existem 4 questões fundamentais a ter em consideração: o que fazer; com que fazer; o que dizer e a quem dizer. É necessário ter em conta que quanto mais simples e decodificada for a mensagem, maior será o alcance da mensagem e maiores serão os ganhos em saúde.

Os profissionais de comunicação em saúde desempenham um papel importante na implementação dos diferentes programas de promoção da saúde, e por isso, deve-se articular as actividades entre os meios de comunicação social, os detentores do poder político, os instrumentos teóricos e práticos de planeamento e acção em saúde e o cidadão.

Em momentos de crise, deve haver cooperação entre os meios de comunicação social, os restantes intervenientes na situação de crise e os cidadãos. É importante falar regularmente com os meios de comunicação social por forma a estabelecer um elo forte no canal de comunicação com os executivos individuais. Nestas situações deve ser aplicada a tríade entre os políticos, através dos profissionais de comunicação em saúde; os players (directos e indirectos), quando não se trata de “core business” no sector imediato e os cidadãos – manter comunicação constante sobre a prevenção e o risco de saúde.



③ Recomendações dos participantes do Workshop de Lisboa

Considerando os seguintes pressupostos:

- a) As recomendações da *Estratégia Global de Alimentação Saudável e Actividade Física* baseiam-se em evidências científicas convincentes para promover a saúde e prevenir o crescimento das doenças crónicas não transmissíveis em todos os países⁵;
- b) É necessário o compromisso político, primordialmente dos sectores da saúde e agricultura e educação, em defesa da *Estratégia Global* e do aumento do consumo de fruta e hortícolas;
- c) A promoção de fruta e hortícolas deve ser uma prioridade dos países pois estes alimentos são primordiais para a promoção e conservação da saúde e para o bem-estar de uma forma geral e, de forma mais específica, para a prevenção das carências em micronutrientes e de DCNT e para o reforço da resistência do organismo à terapêutica medicamentosa, como no caso da SIDA, e a doenças infecciosas;
- d) O aumento da produção de fruta e hortícolas, respeitando boas práticas agrícolas e as preferências culturais dos consumidores, origina oportunidades para a criação de mais emprego, aumento dos rendimentos monetários para os menos favorecidos e melhoria das condições de segurança alimentar e nutricional;
- e) A implementação de medidas ao nível dos diversos países requererá alianças estratégicas criativas com parceiros ou instituições públicas ou privadas;

Os participantes do workshop de Lisboa recomendam o seguinte:

- 1) Os governos devem colocar na sua agenda uma estratégia interministerial multidisciplinar e respectivo plano de implementação, destinado a promover a produção e consumo de fruta e hortícolas em todos os níveis e locais;
- 2) Os governos devem assegurar a disponibilidade e o acesso a fruta e hortícolas, tendo em vista a garantia de uma alimentação saudável e adequada e a manutenção de um elevado nível de saúde em toda a população;
- 3) Os sectores de saúde e agricultura, devem estabelecer um compromisso político, primordialmente em defesa da *Estratégia Global* e do aumento do consumo de fruta e hortícolas;

- 4) Os sectores da saúde e da agricultura devem começar, ou continuar, um trabalho conjunto e articular com outros sectores do governo (ex.: educação, indústria e comércio), de modo a garantir a segurança alimentar e nutricional através de uma alimentação saudável e adequada para a população;
- 5) A FAO e a OMS, em conjunto, deverão continuar a fomentar e a participar na Iniciativa dos Hortofrutícolas, ao nível global e regional e explorar mecanismos para apoiar os países que desejem iniciar planos de acção nacionais ou ampliar a implementação de projectos de menor escala, incluindo por exemplo iniciativas municipais descentralizadas destinadas à promoção de fruta e hortícolas para a saúde;
- 6) A FAO e a OMS devem reforçar e alargar as alianças e parcerias sempre que possível, especialmente com os sectores privado e da educação. De modo semelhante, ao nível nacional, a implementação de planos de acção deve-se basear em múltiplas parcerias e alianças estratégicas que envolvem diferentes ministérios e entidades dos sectores público e privado.

⁵ *Diet, Nutrition and the Prevention of Chronic Diseases*. Report of a Joint WHO/FAO Expert Consultation. WHO Technical Report Series 916, Geneva, World Health Organization, 2003





4 Grupos de trabalho:

Para o desenvolvimento do trabalho de grupo, os participantes foram distribuídos por 3 grupos diferentes. No primeiro dia foram criados 2 grupos com profissionais da área da saúde aleatoriamente escolhidos e 1 grupo com os profissionais da área da agricultura.

A seguir são apresentados os resumos dos principais pontos discutidos durante o workshop, pelos vários Grupos de Trabalho.

>>> 4.1 Conclusões do Grupo de Trabalho - Agricultura:

Foram discutidas as prioridades nas políticas agrícolas de cada país, tendo-se verificado que em vários países (ex.: Angola, Cabo Verde), a prioridade é aumentar o volume da produção de fruta e hortícolas; enquanto que noutros países (ex.: Portugal) a prioridade é produzir em qualidade e quantidade suficiente que permita ser competitivo e assim integrar os mercados de comercialização nacionais e internacionais de forma lucrativa. O combate à fome foi uma prioridade expressa por vários países (ex.: Moçambique) e por isso as políticas agrícolas reflectem esta preocupação não só em termos dos incentivos dados para o aumento da produção, mas também em termos da promoção de determinadas culturas (ex: cereais, leguminosas).

Revela-se de primordial importância que o sector agrícola encare o aumento da produção de fruta e hortícolas, nas áreas rurais e peri-urbanas, como um potencial mecanismo para a criação de postos de trabalho e para o aumento do rendimento monetário das populações.

Foi também sugerido que a promoção do cultivo de produtos hortícolas e fruta de alta qualidade, e tradicionais, por pequenos produtores em zonas urbanas e peri-urbanas, pode ser uma potencial fonte de rendimento para estes produtores.

Foi consensual entre os participantes que é necessário explicitar e reforçar a importância do consumo de F&H para a saúde, incentivando por isso a articulação entre as iniciativas do sector agrícola com as do sector da saúde e educação.

O aumento do consumo de F&H deve ser encarado como um modo eficaz de prevenir o aparecimento de determinadas DCNT e, nas áreas onde a SIDA seja pandémica, o aumento do consumo destes alimentos deve ser encarado como um mecanismo para fortalecimento da resistência do organismo para melhor responder aos tratamentos com medicamentos.

Foram discutidos vários mecanismos para facilitar a redução das perdas e dos custos, tendo sido consensual:

- a necessidade de otimizar os recursos disponíveis (naturais, tecnológicos, humanos ou materiais);
- a importância de promover a diversificação das culturas produzidas em termos de espécie e do espaço utilizado;
- ser necessário promover o cultivo de variedades e padrões adaptados à realidade de cada país;
- que os municípios/governos locais devem implementar estratégias, adaptadas à realidade de cada país, para a eficaz comercialização e distribuição de F&H;
- que se deve promover a correcta utilização dos recursos hídricos e de pesticidas, bem como salientar e facilitar a utilização de boas práticas agrícolas, produzindo em maior quantidade, com o menor impacto possível sobre o meio ambiente.

Foram também discutidos mecanismos destinados ao aumento da produção de F&H, sendo de salientar os seguintes:

- promover a produção agrícola caseira;
- facilitar a disponibilização de tecnologias apropriadas à optimização dos recursos de produção;
- a necessidade de os produtores e distribuidores se associarem em cooperativas;
- implementar os sistemas de microcrédito;
- providenciar educação e formação aos produtores, distribuidores, comerciantes e consumidores;
- promover e facilitar a diversificação das colheitas produzidas.

Relativamente ao reforço da colaboração entre o sector agrícola e a saúde, foi consensual a necessidade de promover a aproximação dos dois sectores para a eficaz implementação das actividades planeadas, e salientado o importante papel que os governos podem desempenhar para facilitar esta aproximação e articulação intersectorial. Foi ainda sugerida a utilidade de proceder à divulgação de informação aos produtores agrícolas sobre a constituição nutricional dos F&H, para evitar que se incentive apenas a produção dos F&H, nutricionalmente menos ricos nutricionalmente.

As questões relacionadas com a segurança sanitária foram discutidas tendo sido salientada a necessidade de promover a adopção de boas práticas agrícolas, de facilitar a utilização eficiente dos factores de produção e de intensificar a fiscalização sobre a indevida utilização de produtos químicos.

Foi ainda consensual a necessidade de contar com o envolvimento de todos os órgãos políticos (nacionais, regionais, locais, etc...), para que se consiga fazer um adequado planeamento e uma efectiva implementação das actividades e iniciativas desenvolvidas.

>>> 4.2 Conclusões do Grupo de Trabalho - Saúde

Foram discutidas as prioridades políticas de cada país em termos de saúde, nutrição e alimentação, tendo-se verificado que, para grande parte dos países participantes, é prioritário combater a desnutrição e carências nutricionais; combater a fome e promover hábitos alimentares saudáveis, na perspectiva de consolidação da segurança alimentar e nutricional.

Existem várias actividades a decorrer no sentido de promover a alimentação saudável e segura e diminuir a malnutrição, mas, com excepção do Brasil (onde foi aprovada a “Iniciativa brasileira de incentivo ao consumo de FL&V”), nenhum dos países participantes mencionou ter uma estratégia nacional organizada visando especificamente a promoção do consumo de F&H.

Nos países africanos a produção de F&H ocorre à escala caseira, logo deve-se incentivar a diversificação das culturas e educar as famílias produtoras sobre os benefícios da diversificação da produção e no consumo destes alimentos. O sector de saúde pode intervir nesta educação em conjunto com o ministério da agricultura, incentivando a diversidade e o cultivo de F&H nutricionalmente ricos e culturalmente adaptados à realidade de cada país.

A parceria com o Ministério da Educação foi mencionada como sendo fundamental para:

- a efectiva implementação de campanhas de educação alimentar;
- a adequação dos conteúdos programáticos dos currículos escolares de modo a que estes incluam informação útil sobre alimentos e hábitos alimentares;
- incentivo à construção de hortas escolares e familiares, com inclusão destes alimentos nas refeições escolares e eventualmente nas cestas distribuídas aos alunos (nos países em que estes programas estão a decorrer);
- a elaboração e implementação de programas nacionais de alimentação escolar de qualidade (distribuição de alimentos de forma gratuita). O Ministério da Saúde pode sensibilizar o Ministério da Educação para dispender estas verbas e para que as compras sejam descentralizadas de forma a fomentar a produção local;
- a implementação de programas de alimentação saudável nas cantinas e bares escolares;
- a restrição da venda de alimentos hipercalóricos, ricos em açúcar, sal e gorduras, bem como da publicidade a estes itens alimentares no ambiente escolar;
- o incentivo de aulas de culinária saudável nas escolas.

Foi consensual a importância de valorizar e promover a culinária e produtos regionais e tradicionais.

Foram considerados, nos diferentes países, vários grupos alvo prioritários: crianças no primeiro ano de vida e em idade escolar; mulheres/mães; locais de trabalho; famílias; professores; líderes locais; meios de comunicação social e, num sentido mais lato, a população em geral. Intervenções importantes na família foram consideradas a promoção da agricultura urbana, a valorização da produção familiar, educação alimentar sobre o valor nutricional dos diferentes alimentos e a promoção da culinária simples e saudável em que toda a família pode participar. Nos locais de trabalho foi salientada a importância do incentivo à prática de estilos de vida saudáveis e à criação de ambientes profissionais que favoreçam a

adoção de hábitos alimentares mais saudáveis. Relativamente aos meios de comunicação social foi salientada necessidade de regulamentar a publicidade dirigida a crianças e de criar mecanismos para o estabelecimento de "tempos de antena" com mensagens de saúde.

A intersectorialidade no planeamento e implementação das diferentes estratégias foi referida como uma das chaves para o sucesso e eficácia das intervenções, sendo sugerida a necessidade de:

- criação de um grupo interministerial ou intersectorial com ou sem participação de ONG's que promova não só a produção mas também a equidade na distribuição e acesso aos alimentos
- resolução de problemas básicos de acesso à informação, ao saneamento básico e outros, de acordo com a realidade de cada país;
- accionar comunidades e lideranças comunitárias;
- busca de apoios e parcerias internacionais;
- criação de grupos e equipas de investigação que trabalhem em sinergia com as necessidades de cada país.

Uma vez que a segurança alimentar e nutricional é uma prioridade em todos os países participantes, foi consensual que existe a necessidade de criar entidades que fiscalizem a utilização de produtos químicos na produção agrícola, uma vez que são inúmeros os perigos resultantes da inadequada utilização dos agroquímicos. Foi também mencionada a possibilidade de garantir ao consumidor a existência de alimentos certificados, de modo a assegurar a salubridade da oferta.

Quanto às questões de acesso e custo dos F&H, foi consensual que existe a necessidade de os governos regularem e implementarem políticas de protecção aos preços dos F&H de modo a que estes se mantenham de baixo custo e fácil acesso às pessoas de todas as classes sociais, procurando, se necessário, o apoio de organizações internacionais e/ou outras.

A promoção do consumo de F&H deve ser vista como uma recomendação alimentar que permite não só prevenir o aumento da prevalência de DCNT, mas também, e principalmente nos países em desenvolvimento, como uma forma de prevenir o aparecimento de carências em micronutrientes, de reforçar a segurança nutricional e alimentar e de melhorar globalmente o estado de saúde de toda a população. Assim, é fundamental colocar este tópico na agenda política de todos os governos; envolver todos os sectores interessados na discussão; mobilizar esforços para que este tópico faça parte do orçamento do estado de modo a que existam recursos disponíveis para o desenvolvimento e implementação das iniciativas planeadas e foi ainda sugerido que se deve promover a assinatura de um compromisso formal entre os altos dirigentes de todos os países lusófonos de modo a oficializar a prioridade dada à promoção de F&H.

No segundo dia, foram também criados 3 Grupos de Trabalho distintos, organizados por países: o Grupo 1 constituído por representantes de Cabo Verde, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste, o Grupo 2 constituído por representantes de Angola, Brasil e Moçambique, e o Grupo 3 constituído por representantes de Portugal.





>>> 4.3 Conclusões do Grupo de Trabalho de Cabo Verde, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste

De um modo resumido, os países incluídos neste grupo de trabalho identificaram como principais problemas nacionais:

- o baixo nível de produção de F&H
- o baixo consumo de F&H;
- a quantidade de água insuficiente e ineficácia dos sistemas de rega;
- a insegurança alimentar;
- a baixa educação nutricional e sanitária da população em geral;
- a cadeia de distribuição de F&H com condições precárias;
- a mortalidade materno infantil muito elevada;
- a inexistência de políticas de promoção de F&H.

Os diferentes países mencionaram os objectivos gerais a ter em conta na elaboração de um plano de acção para a promoção de F&H ao nível nacional. Estes podem ser resumidos da seguinte forma:

- aumentar a produção, disponibilidade e consumo de F&H;
- reduzir a mortalidade e morbilidade materno infantil e extensível a outros grupos etários;
- reduzir a prevalência de malnutrição na população em geral.

Do mesmo modo, foram também referidos vários objectivos específicos de acordo com a realidade de cada país, que podem ser resumidos do seguinte modo:

- diversificar as espécies de F&H produzidas durante todo o ano;
- otimizar o aproveitamento dos recursos hídricos;
- "empowerment" dos pequenos produtores para que possam desenvolver as suas actividades de um modo mais eficaz;
- adequação da oferta à procura de F&H;
- sensibilizar os dirigentes políticos para a necessidade de apoio à promoção de F&H;
- realizar acções de educação alimentar de modo a aumentar o nível de conhecimentos sobre as vantagens do adequado consumo de F&H para a saúde;
- promover o cultivo e consumo de F&H localmente produzidos;
- melhorar as condições higio-sanitárias da comercialização de F&H;
- disponibilizar F&H de boa qualidade a baixo preço;
- introduzir o consumo de F&H nos estabelecimentos de restauração colectiva;
- avaliar o actual de consumo de F&H, identificando os grupos alvo com menor consumo.

Foram identificados como grupos alvo:

- pequenos produtores agrícolas (produção familiar);
- população em geral;
- dirigentes e políticos;
- mães;
- crianças;
- professores;
- consumidores urbanos dependentes do mercado.

A cooperação e o estabelecimento de parcerias foi mencionado como fundamental para a implementação dos planos nacionais. Assim, foi salientada a cooperação: interministerial (ex.: entre Ministério da Saúde, Agricultura, Educação, Comércio, Comunicação, Solidariedade e Luta contra a pobreza, etc.); com organizações internacionais (OMS, FAO, Unicef, UNDP, etc.); com ONG's; bilateral com outros países; associações de agricultores e produtores nacionais; associações de consumidores; instituições religiosas e meios de comunicação social.

Foram identificadas várias acções concretas a realizar nos próximos 12 meses, resumidamente apresentadas a seguir:

- realização de workshops de âmbito nacional para a discussão e validação de Planos Nacionais de Promoção de F&H;
- realização de inquérito alimentar para diagnóstico do actual valor de consumo de F&H;
- validação política dos planos nacionais de promoção do consumo de F&H;

Os recursos financeiros foram unanimemente identificados como o principal bloqueio ao desenvolvimento e implementação destas actividades, seguindo-se as condições climatéricas e a falta de recursos humanos e materiais.

>>> 4.4 Conclusões do Grupo de Trabalho de Angola, Brasil e Moçambique

De um modo resumido, os países incluídos neste grupo de trabalho identificaram como principais problemas:

- alto índice de analfabetismo;
- desigualdades sociais;
- desarticulação entre os sectores e intervenientes interessados;
- baixo nível de informação da população em geral (além do analfabetismo);
- grande prevalência de deficiências nutricionais específicas (vit. A, anemia em crianças, escolares e gestantes), doenças transmissíveis, aumento da prevalência de DCNT e desatenção dos gestores públicos à agenda de DCNT;
- terras minadas que inviabilizam a produção agrícola;
- baixo poder de compra da maioria da população;
- autoritarismo (sistema político e abordagem nas ações educativas).

Foram identificados como princípios orientadores básicos das ações de promoção de F&H:

- reconhecimento do direito humano à alimentação adequada;
- garantia da segurança alimentar e nutricional a toda a população;
- iniciativa F&H integrada na agenda de implementação da *Estratégia Global da OMS para a Alimentação, Actividade Física e Saúde*;
- valorização da cultura local;
- perspectiva intersectorial na definição e implementação das ações;
- articulação entre os diversos níveis de administração do Estado.

Os diferentes países deste grupo de trabalho mencionaram como objectivo geral do desenvolvimento de ações nacionais para a promoção de F&H, a promoção da saúde e da segurança alimentar por meio do aumento do consumo de fruta e hortaliças.

Foram também referidos vários objectivos específicos/estratégias de acordo com a realidade de cada país, que podem ser resumidos do seguinte modo:

- fortalecer a pequena produção (local, familiar);
- fortalecer a agricultura urbana e peri-urbana;
- estimular a implementação de boas práticas agrícolas, que abrangem: a salubridade dos alimentos; a preservação ambiental; o respeito a questões sociais (equidade de género, trabalho infantil, etc.) e viabilidade económica da produção, que promovam o desenvolvimento sustentável.
- desenvolver mecanismos para redução do desperdício;
- fortalecimento de sistemas regionais e locais de distribuição e abastecimento;
- estimular a difusão e implementação de tecnologias apropriadas para diversos produtores;
- capacitar em nutrição e segurança alimentar os profissionais dos sectores envolvidos (técnicos de saúde, professores, profissionais do sector agrícola).

- promover ações de educação alimentar com vista à redução da desnutrição, e deficiências nutricionais específicas;
- criar programas de difusão massiva sobre alimentação saudável;
- investir em comunicação interpessoal (por meio de agentes comunitários);
- desenvolver ações e materiais educativos sobre alimentação saudável respeitando e valorizando a cultura e os alimentos locais;
- criar mecanismos para aumentar a oferta de hortofrutícolas em diversos ambientes, incluindo escolas e ambientes de trabalho;
- criar mecanismos úteis de monitorização e avaliação das ações implementadas;
- promover a prática de culinária saudável;
- desenvolver investigação sobre a composição nutricional dos alimentos existentes no país (tabelas de composição de alimentos) e sobre perfil de consumo alimentar;
- criar uma comissão intersectorial e pluridisciplinar para implementar o Plano de Promoção de Hortofrutícolas no âmbito nacional.

Foram identificados como grupos alvo:

- crianças no primeiro ano de vida
- crianças em idade escolar
- mulheres/mães
- formadores de opinião (profissionais de saúde e de educação)
- trabalhadores no seu ambiente de trabalho.

Foram identificadas várias ações concretas a realizar nos próximos 12 meses, resumidamente apresentadas a seguir:

- divulgação do workshop de Lisboa e das suas conclusões;
- realização, em cada país, de um workshop para discussão, elaboração e validação política do Plano Nacional de Promoção de Hortofrutícolas.

Do trabalho desenvolvido por este Grupo de Trabalho, resultaram as seguintes recomendações:

- a necessidade do fortalecimento da rede entre os países de expressão portuguesa para a promoção das Iniciativas de F&H;
- a FAO e OMS deverão accionar seus escritórios regionais e locais para apoiarem os países nas suas Iniciativas Nacionais de promoção de F&H;
- é fundamental o envolvimento de outras agências do sistema ONU (ex: UNESCO, UNICEF, PNUD, IFAD etc.) bem como dos Bancos de Desenvolvimento no desenvolvimento e implementação das Iniciativas de promoção de F&H;
- a criação de boletim electrónico informativo para a troca de experiências, notícias e outros dados sobre as diferentes Iniciativas implementadas;
- o investimento da FAO, OMS e demais agências do sistema ONU na avaliação da eficácia e da efectividade de intervenções de promoção de F&H nos diferentes países.



>>> 4.5 Conclusões do Grupo de Trabalho de Portugal

O GT português indicou como principais problemas no quadro de saúde os que estão identificados no Plano Nacional de Saúde que define as prioridades e os determinantes da saúde (entre os quais: alimentação/actividade física/tabagismo).

Relativamente ao sector da saúde, foram identificados como principais desafios:

- A implementação de boas práticas agrícolas, adequadas à produção;
- A necessidade de diversificar as culturas e respeitar a sazonalidade das espécies produzidas;
- Melhorar a acessibilidade e a cadeia de distribuição de F&H;
- Melhorar a eficácia da utilização da água e dos sistemas de rega;

Foram identificados como princípios orientadores básicos para o desenvolvimento de um programa nacional de promoção de F&H:

- Promoção da diversidade alimentar;
- Considerar a necessidade de integrar a promoção da alimentação saudável no contexto do ciclo de vida;
- Todas as actividades desenvolvidas e implementadas devem ser culturalmente adequadas;
- Reforço da segurança alimentar e nutricional em todas as classes sociais da população;
- Garantir a disponibilidade e acesso de toda a população a alimentos seguros e saudáveis;
- A mensagem da promoção do consumo de F&H deve estar sempre integrada no contexto geral de uma alimentação saudável e associada à promoção de escolhas e estilos de vida saudáveis;

O objectivo geral considerado para a elaboração de um plano nacional para a promoção de F&H, é sinérgico com o objectivo nutricional específico estabelecido no Programa Nacional de Intervenção Integrada sobre Determinantes da Saúde Relacionados com os Estilos de Vida que se integra no Plano Nacional de Saúde 2004-2010: consumo de 400g de hortofrutícolas por dia pela população adulta em geral.

O grupo alvo prioritário é a população escolar.

A cooperação e o estabelecimento de parcerias foi mencionado como fundamental para a implementação de um plano nacional, assim foi salientada a importância da cooperação entre:

- Ministérios da Saúde, Agricultura e Educação
- organizações de produtores;
- organizações de distribuidores;
- associações de consumidores;
- comunidade científica;
- associações de profissionais de saúde/educação/agricultura;

O grupo de trabalho provisoriamente constituído será liderado pela Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação. Cabe ao GT provisório instituir um GT definitivo/comissão permanente, durante os próximos 12 meses, e conduzir a delineação de um projecto que permita mobilizar recursos financeiros e outros apoios para o desenvolvimento e implementação de um plano nacional de promoção de F&H.



5 Follow up do trabalho iniciado no Workshop de Lisboa

No sentido de continuar o trabalho iniciado nestes dois dias de workshop foram delineadas algumas actividades a realizar num futuro próximo, abaixo mencionadas:

- a OMS e a FAO continuarão a explorar mecanismos para promover o desenvolvimento de planos de acção nacionais que promovam a produção e consumo de hortofrutícolas, fomentar o desenvolvimento de iniciativas descentralizadas levadas a cabo por municípios e participar em Workshops nacionais;
- e Estabelecer, através de Portugal, contacto com as embaixadas/ministérios dos negócios estrangeiros em cada um dos países participantes de modo a disponibilizar o apoio português a iniciativas realizadas nacional e localmente;
- instituir uma rede de contactos formal, que permita a troca de experiências e informações entre os países de expressão portuguesa - até ao final de 2005 será lançada a primeira newsletter em português sobre a promoção de F&H e o workshop de Lisboa;
- publicação dos seguintes documentos em português: relatório final do workshop de Lisboa; "*Guia de Orientação OMS/FAO para a Promoção de Hortofrutícolas ao Nível Nacional*" e documento informativo preparado para o workshop de Lisboa;
- repetir o encontro dos países participantes passados 2 anos para monitorizar e acompanhar as actividades feitas nesse período de tempo;

6 Guia de Orientação para a Promoção de Fruta e Hortícolas ao Nível Nacional

Este Guia de Orientação foi elaborado e unanimemente “subscrito” pelos participantes do workshop da OMS/FAO sobre fruta e hortícolas para a saúde, que decorreu no Centro para a Saúde e Desenvolvimento – Centro Colaborador da OMS em Kobe no Japão, em Setembro de 2004.

Este guia orientará o desenvolvimento de intervenções eficazes e eficientes em termos de custo para a promoção do consumo adequado de fruta e hortícolas aos níveis nacional e sub-nacional. Neste processo a capacidade de promoção local ou nacional, as práticas de agricultura e hábitos alimentares tradicionais, os padrões de nutrição prevalentes, o estado de saúde da população e os já existentes programas de promoção de fruta e hortícolas devem ser levados em consideração.

Este guia inclui princípios gerais e exemplos de intervenções possíveis para os vários tipos de consumidores, para que se adequem o melhor possível às actividades de promoção de hortofrutícolas aos seus grupos alvo.

>>> 6.1 Princípios de orientação para a elaboração de um programa para hortofrutícolas

Globalmente, o direito a alimentos nutritivos, a vontade de eliminar a fome e de assegurar a segurança alimentar, já foi declarado em várias ocasiões.

Artigo 25 (1) da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adoptada e proclamada na Assembleia Geral da Nações Unidas em Dezembro de 1948, declara:

“Todas as pessoas têm direito a um standard para viverem de um modo adequado à manutenção da saúde e bem-estar dele próprio e da sua família, o que inclui a alimentação [...]”⁶

Em 1992, os Ministros e os Plenipotenciários presentes na Conferência Internacional de Nutrição, declararam:

“Nós reconhecemos que o acesso a alimentos nutricionalmente adequados e seguros, é um direito de cada indivíduo”⁷

O Plano de Acção de 1996 da Cimeira Mundial da Alimentação refere-se especificamente à promoção de fruta e hortícolas no parágrafo 21, objectivo 2.3 (c) chamando governos, em conjunto com todos os intervenientes na sociedade civil a:

“encorajar, onde apropriado, a produção e o uso de culturas alimentares tradicionais, culturalmente adequadas e sub-utilizadas, incluindo grãos, sementes oleaginosas, raízes, tubérculos, fruta e hortícolas, promovendo a criação de hortas e jardins caseiros, e onde apropriado, jardins escolares e agricultura urbana, usando tecnologias sustentáveis”⁸

Cinco anos mais tarde, em 2002, a Declaração da Cimeira Mundial de Alimentação reafirma “que todas as pessoas têm direito a ter acesso a alimentos seguros e nutritivos”. Enfatizando no parágrafo 14:

“A necessidade de alimentos nutricionalmente adequados e seguros e sublinha a necessidade de atenção às questões nutricionais como parte integrante da segurança alimentar”⁹

A promoção de fruta e hortícolas também se inclui nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) que declaram:

“Entre 1990 e 2015, deve ser reduzida para metade a proporção de pessoas que sofre de fome”¹⁰

Os princípios gerais de um projecto nacional destinado à promoção de fruta e hortícolas devem incluir:

- disponibilidade
- acessibilidade
- poder de compra
- aceitação (qualidade, sabor, segurança, tipo de alimento, sensibilidade cultural)
- equidade (incluindo os mais desprivilegiados)
- abordagem holística ou integrada
- sustentabilidade
- *marketing* / alertar para a importância de incluir fruta e hortícolas nos programas alimentares.

⁶ Disponível em: <http://www.un.org/Overview/rights.html>

⁷ Disponível em: <ftp://ftp.fao.org/esn/nutrition/ICN/icndec.htm>

⁸ Disponível em: http://www.fao.org/wfs/index_en.htm

⁹ Disponível em: <http://www.fao.org/DOCREP/MEETING/005/Y7106E/Y7106E09.htm#TopOfPage>

¹⁰ Disponível: <http://www.developmentgoals.org/Poverty.htm>

O estabelecimento de um conjunto de princípios que orientem programas nacionais destinados à promoção de fruta e hortícolas podem seguir os seguintes princípios gerais:

- um programa coordenado de promoção de fruta e hortícolas deve incluir iniciativas que visem tanto a oferta como a procura e deve basear numa avaliação das necessidades.
- um programa de promoção de fruta e hortícolas deve ser coerente e complementar com políticas e planos de acção nacionais, tais como os de nutrição e alimentação, saúde, agricultura e políticas ambientais, sempre que estas já sejam existentes.
- um programa de promoção de hortofrutícolas deve procurar mobilizar recursos já existentes (pessoas, informação, iniciativas, políticas).
- um programa de promoção de fruta e hortícolas deve ser socialmente inclusivo e participativo. Desde o começo que todas as classes sociais devem ser visadas através de acções específicas e direccionadas, particularmente para as classes sociais mais desfavorecidas.
- as mensagens devem ser consistentes entre as diferentes políticas e programas. Todas as políticas ou intervenções devem incluir a promoção de hábitos alimentares saudáveis incluindo o aumento do consumo de fruta e hortícolas (ex.: programas de alimentação escolar ou programas sociais de alimentação devem promover o aumento do consumo de fruta e hortícolas, incluindo estes itens alimentares nas ofertas).
- o principal resultado deve ser o aumento do consumo de hortofrutícolas nos grupos alvo.
- Todas as componentes do programa devem seguir uma abordagem interdisciplinar, integrada e holística.
- o processo e todas as intervenções devem ser avaliadas.
- as boas práticas devem prevalecer.

>>> 6.2 Características dos consumidores e das redes de abastecimento de fruta e hortícolas

Um ponto importante no desenho de intervenções estratégicas é o facto de diferentes tipos de consumidores (i.e. grupos socio-económicos) adquirirem e utilizarem as fruta e hortícolas de modos diferentes, e o facto de existirem diferentes tipos de produtores e fornecedores. Para que se consigam desenhar intervenções eficazes que aumentem o consumo de fruta e hortícolas, é essencial que se identifiquem os grupos com consumos mais reduzidos e que se conheçam os seus hábitos de consumo.

Os consumidores diferem significativamente entre países e também entre diferentes regiões do mesmo país. As características a seguir mencionadas não pretendem ser exaustivas, mas providenciar uma lista de exemplos que podem guiar a caracterização do consumidor e fornecedor em países e áreas específicas.

6.2.1 CARACTERÍSTICAS DOS CONSUMIDORES E DAS REDES DE ABASTECIMENTO DE FRUTA E HORTÍCOLAS

As fruta e hortícolas são adquiridos em diferentes quantidades e em diferentes locais e fornecedores, variando desde a produção própria à aquisição local, em mercados rurais ou supermercados em centros urbanos.

Alguns consumidores – que se podem classificar como “auto-consumidores” – produzem os seus próprios hortofrutícolas. Aqueles que estão totalmente dependentes dos mercados para adquirirem hortofrutícolas podem-se designar como consumidores “mercado-dependentes” e podem-se dividir em 2 grupos distintos: aqueles que adquirem fruta e hortícolas para responder às necessidades do seu agregado familiar; e aqueles cujos fruta e hortícolas consumidos são comprados e preparados por outros, ex.: programas alimentares, refeições hospitalares e escolares, cantinas militares e de locais de trabalho, estabelecimentos de restauração colectiva (ex.: hotéis, restaurantes, etc.). esta última categoria define-se como a dos consumidores institucionais.

Outro grupo em que os consumidores tanto produzem como compram hortofrutícolas podem-se classificar como consumidores mistos.

De modo similar, também se podem distinguir diferentes tipos de fornecedores, produtores e mercados para os hortofrutícolas de diferentes formas e através de diferentes canais. Os pequenos produtores de subsistência que produzem para consumo próprio e possivelmente para um pequeno mercado local, os produtores que comercializam em pequena escala e os produtores de larga escala que produzem tanto para mercados próximos como para outros mais distantes.

As características específicas dos diferentes grupos de consumidores acima mencionados, serão em seguida explicadas mais pormenorizadamente.

Pequenos proprietários rurais produtores de fruta e hortícolas para consumo próprio e abastecimento de pequenos mercados locais

Características:

- produção própria de fruta e hortícolas;
- colheita de fruta e hortícolas;
- troca de fruta e hortícolas por outros bens, incluindo ofertas;
- frequente divisão de tarefas entre homens e mulheres: os homens produzem colheitas rentáveis/lucrativas, enquanto que as mulheres produzem fruta e hortícolas para consumo próprio geralmente à volta da casa ou num pequeno espaço (horta/jardim);
- o hortícolas consumidos são geralmente provenientes do cultivo caseiro próprio, enquanto que a fruta, quando consumida é habitualmente comprada.

O papel dos pequenos proprietários rurais nos mercados é geralmente limitado à venda de quantidades muito reduzidas de excedentes, em pontos de venda locais e informais (ex.: mercados, feiras, na berma das estradas, etc.) que são geralmente de fácil alcance. A venda pode ser directa ou através de revendedores (o que é mais comum no caso da fruta e especiarias).

Consumidores mistos – rurais e particularmente produtores urbanos; mas que também dependem do abastecimento comercial

Características:

- estes consumidores são produtores ocasionais de fruta e hortícolas, mas a sua maior fonte de rendimento é não agrícola;
- geralmente pertencem a classes sociais baixas e média-baixas;
- os seus conhecimentos sobre o valor nutricional das fruta e hortícolas são geralmente limitados e/ou podem ter preconceitos contra determinados fruta e hortícolas;
- geralmente compram os fruta e hortícolas em mercados locais ou pequenas lojas;
- a sua produção é limitada em quantidade e variedade.

Os mercados locais e pequenas lojas que tipicamente abastecem os consumidores mistos são geralmente pequenos comerciantes que actuam à margem da cadeia de abastecimento formal e organizada. Estes podem incluir produtores urbanos/peri-urbanos que vendem os seus produtos (o que em alguns países, pode incluir alimentos tradicionais e indígenas) directamente em mercados de rua informais, pequenas lojas que vendem mercearia e outros produtos ou em lojas que limitam as suas vendas a determinados hortícolas e frutos sazonais adquiridos a revendedores ou a produtores.

Consumidores dependentes dos mercados

Características:

- estes consumidores dependem da economia monetária, uma vez que a sua capacidade para produzir alimentos é limitada, sendo que muitos deles vivem em áreas urbanas ou peri-urbanas;
- muitas mulheres trabalham fora de casa, por isso têm menos tempo disponível para dedicar à preparação dos alimentos e maior necessidade de recorrer a alimentos de conveniência e muito processados industrialmente;
- parte do consumo alimentar é feito fora de casa, por isso menos refeições são preparadas em casa para o agregado familiar;
- os consumidores mais pobres deste grupo compram geralmente em pequenas quantidades devido à reduzida disponibilidade

monetária, assim os mais pobres não beneficiam dos preços de supermercado que são mais reduzidos na aquisição de grandes quantidades, o que resulta em preços mais altos nos alimentos comprados em pequenas quantidades;

- muitos não têm acesso a acordos de transferências (transferência de recursos para famílias pobres com a condição de que estas adoptem determinados comportamentos, ex.: mandem as crianças para a escola, ou levá-las a centros de saúde), redes de segurança social ou programas de ajuda social.

A rede de abastecimento correspondente a este tipo de consumidor é característica das áreas urbanas e peri-urbanas; i.e., produtores mais ou menos especializados, de áreas rurais ou peri-urbanas com uma fonte de água, que vendem a revendedores, outros produtores e comerciantes, directa ou indirectamente; ou por vezes directamente aos consumidores através de mercados de agricultores.

A cadeia revendedor/retalhistas, especialmente quando envolve supermercados e frutarias, pode-se caracterizar pela existência de cadeias de frio e transporte de produtos a longa distância, dependendo do país e região em questão.

A importação/exportação de produtos exóticos e de produtos fora da sua época sazonal é característico na cadeia de abastecimento de fruta e hortícolas de muitos países. No final da cadeia de venda e abastecimento pode-se encontrar uma série de operações formais e organizadas que estabelecem a venda dos produtos em estruturas como os supermercados, mercados a céu aberto, pequenas lojas de comércio, feiras e mercados informais de pequenas dimensões e vendedores itinerantes e nas bermas das estradas.

Fruta e hortícolas processados, semi-processados e pré-embalados podem constituir uma fracção importante neste tipo de abastecimento, assim como os vendedores de rua. Nos locais onde existem cadeias de abastecimento formais, estas podem estar também submetidas a medidas de regulação financeiras, fiscais, de saúde e de segurança alimentar.

Consumidores Institucionais

Características:

- Escolas – nestas, os consumidores são crianças e jovens. Os hortofrutícolas são adquiridos através de programas de almoços escolares/abastecimento governamental, companhias privadas, trazidos de casa ou comprados nas escolas.
- Locais de trabalho – nestes, geralmente os consumidores são adultos saudáveis. As fruta e hortícolas são geralmente trazidos de casa, comprados no próprio local de trabalho (bar, cantinas, cafetarias, etc.), ou comprados fora dos locais de trabalho (ex.: restaurantes de fast-food ou outros tipos de restaurantes).
- Hospitais e instituições de apoio incluindo infantários e centros de apoio à 3ª idade – nestas instituições, os consumidores têm condições de saúde específicas ou constituem grupos de risco (ex.: órfãos, idosos). As fruta e hortícolas são fornecidos como parte da refeição servida na instituição.
- Militares – nestas instituições os consumidores são geralmente adultos jovens saudáveis. Os hortofrutícolas são fornecidos como parte do conjunto das refeições.
- Cadeias – nestas instituições, os consumidores podem estar em risco ou vulneráveis à malnutrição. As fruta e hortícolas são fornecidos como parte das refeições institucionais.
- Programas alimentares – nestes, os consumidores estão em risco ou são mais vulneráveis à malnutrição. As fruta e hortícolas são fornecidos em géneros ou através de cupões de troca como parte do programa.

A rede de abastecimento deste grupo de consumidores é similar à dos consumidores dependentes dos mercados, no entanto a aquisição das fruta e hortícolas é geralmente feita em grande escala e directamente a produtores ou revendedores, de um modo regular e bem estabelecido.

6.2.2 PONTOS DE ENTRADA PARA OS PROGRAMAS DE PROMOÇÃO DE FRUTA E HORTÍCOLAS

Esta secção estabelece, de acordo com as características dos consumidores anteriormente definidas, possíveis pontos de entrada onde os programas de promoção de fruta e hortícolas podem ser iniciados ao nível nacional.



Pequenos proprietários rurais que produzem fruta e hortícolas para consumo próprio ou para abastecimento de mercados

Pontos de entrada

- Água – assegurar um abastecimento de água sustentável para o crescimento das culturas.
- Preferências dos consumidores – promover as fruta e hortícolas que são localmente conhecidos e largamente aceites.
- "Empowerment" das mulheres
 - Libertar tempo dedicado a outras tarefas para ter mais disponibilidade para preparar as fruta e hortícolas;
 - Providenciar suporte financeiro para a produção das fruta e hortícolas;
 - Educação sobre os benefícios para a saúde;
 - Incluir a produção em pequena escala de fruta e hortícolas ao longo do ano como uma extensão do trabalho usual;
- Crianças em idade escolar – ensinar as crianças dos ambientes rurais a cultivar, preparar e consumir fruta e hortícolas.
- Mercados locais – educação sobre técnicas de produção, diversificação de culturas, segurança alimentar e benefícios para a saúde resultantes do consumo de fruta e hortícolas.
- Incentivar o uso de tecnologias simples na produção, manuseamento pós-colheita e conservação.

Consumidores mistos – produtores rurais e urbanos, mas que também dependem do abastecimento comercial

Pontos de entrada

- Produção própria e ou trocas com os vizinhos – providenciar educação sobre técnicas de produção/diversificação de colheitas, segurança alimentar e benefícios para a saúde resultantes do consumo de fruta e hortícolas.
- Mercados locais – melhoria das infra-estruturas dos mercados; providenciar educação sobre técnicas de produção/diversificação de colheitas, segurança alimentar e benefícios para a saúde resultantes do consumo de fruta e hortícolas; métodos para melhorar o manuseamento pós-colheita.

- Supermercados/retalhistas – providenciar educação sobre os benefícios para a saúde dos consumidores resultantes do consumo de fruta e hortícolas.
- Comércio em pequena escala – providenciar educação sobre marketing, segurança alimentar e sobre os benefícios para a saúde dos consumidores resultantes do consumo de fruta e hortícolas

Consumidores dependentes do mercado

Pontos de entrada

- Produção própria (onde possível) – promover o cultivo de fruta e hortícolas, por exemplo, em pequenos jardins (micro- cultivo).
- Mercados locais/urbanos - providenciar educação sobre os benefícios para a saúde dos consumidores resultantes do consumo de fruta e hortícolas.
- Fornecedores comerciais, retalhistas, supermercados - providenciar educação sobre os benefícios para a saúde dos consumidores resultantes do consumo de fruta e hortícolas.

Consumidores institucionais

Pontos de entrada

Escolas

- Educação e instrução dos pais através dos programas escolares e das associações de pais.
- Identificação dos alimentos que devem ser incluídos e excluídos do ambiente escolar, por exemplo do almoço (trazido de casa); alterar as opções de oferta disponíveis nas máquinas de venda; especificar a percentagem de fruta e hortícolas que devem ser incluídos nos almoços escolares.
- Educação e consciencialização das crianças para a existência dos hortofrutícolas e para os princípios de uma alimentação saudável, por exemplo através de posters e chamadas de atenção visíveis nas salas de aula, ou de cartoons cómicos (como usado por exemplo no programa brasileiro).
- Aumentar os conhecimentos das crianças sobre os alimentos, p. ex.: como escolher as fruta e hortícolas, como preparar os alimentos.
- Produção e educação sobre fruta e hortícolas através de programas escolares de jardinagem/agricultura.
- Incentivar a existência de ambientes limpos; encorajar a correcta lavagem das mãos e dos alimentos.
- Revisão dos currículos escolares, p. ex.: incluir nutrição e economia caseira nas aulas de ciências.

Locais de trabalho – pequenas e grandes companhias

- Assegurar a disponibilidade de hortofrutícolas, quer sejam comprados ou trazidos de casa.
- Providenciar instalações de cozinha mínimas para a preparação de alimentos, ex.: microondas ou outro electrodoméstico que permita o aquecimento dos alimentos, bancas de lavagem, refrigeração.
- Variedade nas opções de escolha disponíveis nas máquinas de venda automática, fruta e hortícolas, frescos, secos, enlatados e 100% sumos não açucarados.
- Incentivar a existência de fruta e hortícolas nas ementas das cafetarias.
- Organização de programas nos locais de trabalho para que haja uma maior consciencialização dos trabalhadores para os aspectos nutricionais; aumentar a educação da parte de gestão da empresa para que esta tome consciência da importância que assumem os trabalhadores saudáveis para a produtividade.
- Assegurar a existência de ambientes limpos.



- Providenciar materiais como posters, materiais educativos, programas áudio, seminários e receitas culinárias para uma alimentação saudável.
- Solicitar aos restaurantes circundantes que exponham posters sobre alimentação saudável e informação nutricional para os alimentos disponibilizados.
- Incentivar à rotulagem nutricional dos alimentos comprados nos locais de trabalho.

Estes “pontos de entrada” recomendados também se aplicam de uma maneira geral a outros consumidores institucionais tais como hospitais, prisões, exércitos, etc.

6.2.3 BARREIRAS À PROMOÇÃO/CONSUMO DE FRUTA E HORTÍCOLAS

Cada país deve identificar potenciais barreiras específicas à sua realidade nacional, pode no entanto considerar as seguintes barreiras gerais apresentadas e as mais específicas para cada tipo de consumidor considerado.

Barreiras gerais para a promoção de fruta e hortícolas:

- Clima – sazonalidade, disponibilidade de água, picos de frio e de calor, secas, chuvas;
- Falta de tecnologia para a horticultura e desconhecimento das práticas de gestão e manutenção;
- Outras prioridades governamentais (ex.: políticas de promoção para a produção de cereais em terra arável com disponibilidade para irrigação);
- Questões económicas – preço, ordenados, poder de compra ao nível local e ao nível individual;
- Atitudes dos produtores;
- Influências culturais sobre os consumidores – dietas tradicionais e práticas de culinária (podem ser tanto uma barreira como um factor facilitador), percepções culturais erradas que afectam as preferências alimentares (ex.: considerar que a fruta causa diarreia);
- Formação dos hábitos alimentares, sabor e padrões de dieta durante a infância;
- Falta de conhecimento sobre os benefícios do consumo de fruta e hortícolas, como estes devem ser preparados, do que constitui uma alimentação equilibrada à medida que o rendimento monetário aumenta (papel do aumento do consumo de carne/gordura), e também uma percepção errada das menções de saúde anunciadas noutros produtos (alimentos funcionais);
- Práticas de produção e preparação de alimentos pouco higiénicas;
- Percepção ou comunicação dos riscos em segurança alimentar – contaminação química ou microbiológica (deve ser enfatizada relativamente ao risco existente em cada país, se aplicável);
- Distorção ou interpretação errada da informação transmitida pelos mass media;
- Introdução ou rápido aumento da cultura do fast-food; fruta e hortícolas prontos a comer não se encontram facilmente disponíveis;
- Competição por fundos com outros programas de promoção, e com outros alimentos mais populares;
- Aceitação social de programas de intervenção destinados à promoção de fruta e hortícolas;
- Falta de disponibilidade e condições de marketing inadequadas;
- Experiências negativas com produção excessiva que necessita de estratégias para diversificação, melhor agenda, valorização da eficiência de produção em cadeia e/ou alterações na produção.

Barreiras específicas para a promoção de fruta e hortícolas de acordo com o tipo de consumidor:

Pequenos proprietários rurais que produzem fruta e hortícolas para consumo próprio ou para abastecimento de mercados

- Pobreza extrema de produtores e consumidores;
- Baixa qualidade na variedade das colheitas (não há melhoria nas colheitas);

- Indisponibilidade de sementes/material para plantação;
- Recursos humanos e constrangimentos laborais;
- Falta de conhecimentos básicos.

Consumidores mistos – produtores rurais e urbanos, mas que também dependem do abastecimento comercial

- Espaço insuficiente e/ou falta de políticas de utilização de terras urbanas/peri-urbanas para a prática de horticultura;
- Baixos rendimentos;
- Falta de tecnologia apropriada;
- Abastecimento inadequado de água limpa, logo maior risco de contaminação alimentar.

Consumidores dependentes do mercado

- Preço elevado dos hortofrutícolas nos retalhistas;
- Alteração no tipo de emprego e estilo de vida influenciada pela urbanização; falta de tempo para preparar e cozinhar os alimentos à medida que a urbanização aumenta e mais mulheres trabalham fora de casa.

Consumidores institucionais

- Aceitabilidade e execução dos programas promocionais;
- Interesses da instituição que serve as refeições podem competir com os da promoção de fruta e hortícolas.

>>> 6.3 Identificação dos intervenientes

Abaixo são listados possíveis intervenientes em intervenções tanto para o aumento da oferta como da procura de fruta e hortícolas. Ao nível nacional, cada país deve fazer um levantamento dos intervenientes mais relevantes para a sua realidade.

Sector público

- Ministério da Saúde – saúde pública e promoção da saúde;
- Ministério da Agricultura, Alimentação e Pescas (departamentos para o desenvolvimento da horticultura e marketing, departamento da irrigação e outros);
- Ministério da Educação – investigação (universidades, liderança científica), educação nutricional;
- Ministério do Desenvolvimento Social – segurança alimentar, reforma nas terras

- Ministério dos Trabalhos Públicos/Planeamento
- Ministério dos Assuntos relacionados com a Água;
- Ministério dos Transportes;
- Ministério do Ambiente;
- Ministério das Mulheres;
- Ministério da Informação/Comunicação;
- Ministério da Ciência e Tecnologia;
- Governos locais e regionais, autarquias (ex.: planeamento da utilização das terras, organização dos mercados);
- Departamentos do governo ou agências responsáveis pela segurança alimentar;
- Administrações escolares e hospitalares.

Sector Privado

- Fornecedores agrícolas;
- Organizações de produtores – pequenas/médias/grandes ou rurais/peri-urbanas/urbanas;
- Indústria de hortofrutícolas – processamento, embalagem, transporte, armazenamento;
- Associações de marketing para fruta e hortícolas – pequenos e grandes retalhistas, revendedores, companhias de transporte, importadores;
- Meios de comunicação social, ex.: associações de jornalistas
- Instituições financeiras – bancos, instituições de micro-créditos;
- Chefes das companhias;
- Unidades de gestão dos locais de trabalho;
- Administrações escolares e hospitalares.

Organizações não governamentais/sociedade civil

- Grupos da comunidade (incluindo grupos de jardinagem, mulheres, culturais e religiosos);
- Grupos de consumidores; organizações de promoção da saúde (ex.: cancro, DCV), segurança alimentar, ambiente, agricultura, etc.
- Cooperativas/associações de produtores, grupos de mulheres produtoras;
- Uniões agricultores;
- Grupos de promoção de horticultura, ex.: associações para promoção de fruta e hortícolas;
- Associações de pais e professores;
- Medicinas tradicionais
- Líderes religiosos/tradicionais/da comunidade;
- Associações de profissionais de saúde (médicos, nutricionistas, enfermeiros, etc.).

Órgãos Internacionais

- OMS, FAO, PNUD, UNICEF, PAM, Banco Mundial, IFAD e os seus representantes regionais ou nacionais;
- Grupos económicos regionais, ex.: União Europeia, União Africana, Associação das Nações do Sudoeste Asiático, Comunidades para o Desenvolvimento Sul Africano, etc. ;
- Doadores bilaterais;
- Grupo Consultivo sobre Investigação Agrícola Internacional (Instituto Internacional Investigação em Política Alimentar e outros).

>>> 6.4 Equipa Coordenadora Nacional

Existe a necessidade de assegurar que um mecanismo multisectorial coordenador, desenhado com base nas estruturas existentes, está presente para promover a produção, abastecimento e consumo de fruta e hortícolas. Após serem seleccionados, os membros desta equipa coordenadora devem ser identificados outros intervenientes importantes e assegurar a visibilidade da equipa. A equipa coordenadora deve liderar ao nível nacional e definir mecanismo para a sua liderança interna.

A equipa coordenadora pode envolver representantes das seguintes áreas/sectores:

- Agricultura/horticultura
- Nutrição
- Saúde pública (ex.: enfermeira de saúde pública)
- Educação
- Financeiro
- Sector privado de modo geral
- Associações representantes dos produtores
- Associações de consumidores
- Sector académico (especialmente para o desenho e monitorização dos programas)
- Líderes das comunidades locais
- Grupos de mulheres

Funções da Equipa Coordenadora Nacional

Uma série de possíveis funções para a equipa coordenadora são seguidamente propostas. Ao nível nacional, os papéis apropriados a desempenhar pela equipa devem ser determinados com base nesta lista, à qual outros papéis podem ser adicionados.

- Facilitar o desenvolvimento e implementação de programas nacionais de intervenção, incluindo a mobilização de recursos.
- Criação de um ambiente favorável para que os intervenientes possam pressionar os respectivos departamentos e instituições com estes programas.
- Assumir responsabilidade por defender e guiar políticas, acções (incluindo investigação) e estratégias/planos de acção a serem implementados por vários intervenientes a vários níveis.
- Coordenar a acção dos diferentes intervenientes.

- Monitorizar os diferentes programas que visam o aumento do consumo e produzir relatórios de forma regular.
- A equipa de coordenação nacional deve ser responsável por desenvolver coordenação nos diferentes níveis administrativos, i.e. nacional, regional e municipal.

Assuntos apontados durante a discussão:

A equipa coordenadora:

- Não pode desenvolver políticas, pode apenas orientar o desenvolvimento das mesmas;
- Deve promover o processo de descentralização;
- Deve ser responsável e agir com transparência;

Liderança pode ser conjunta ou rotativa, ex.: entre Ministérios da Saúde e Agricultura – mas este aspecto deve ser determinado por cada país

>>> 6.5 Identificação das metas e objectivos Nacionais

Os objectivos vão diferir de país para país, em particular, de acordo com os tipos de problemas nutricionais que os programas de promoção de fruta e hortícolas pretendem endereçar.

Alguns objectivos gerais são abaixo mencionados:

Objectivo de saúde

- Melhorar o estado nutricional, especificamente diminuindo deficiências em micronutrientes e os riscos de sub e sobrenutrição, e consequentemente os riscos de doenças crónicas não transmissíveis.

Objectivos nutricionais

- Aumentar o consumo de fruta e hortícolas.
- Elevar o consumo de fruta e hortícolas para um mínimo de 400g por dia para diminuir a prevalência e incidência de doenças crónicas e reduzir a prevalência de carências em micronutrientes.

Objectivos de produção

- Aumentar a quantidade de fruta e hortícolas disponíveis.
- Aumentar a produção e/ou disponibilidade da quantidade de fruta e hortícolas de modo a facilitar ao consumidor o cumprimento a médio e longo prazo dos objectivos de consumo estabelecidos.

Objectivos de distribuição

- Melhorar a eficiência da rede de distribuição e as possibilidades de marketing para pequenos produtores de fruta e hortícolas através da disponibilidade de informação transparente quanto aos preços praticados e através da promoção de práticas justas e correctas pelos intermediários.

6.5.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTABELECIMENTO DE OBJECTIVOS

Os programas nacionais devem estabelecer objectivos realistas e tempos de execução de acordo com as suas circunstâncias específicas. Os beneficiários devem ser as populações nacionais, i.e. consumidores, com outros efeitos positivos, como por exemplo, a melhoria das condições socio-económicas dos produtores.

Metas quanto ao consumo de fruta e hortícolas culturalmente relevantes devem ser estabelecidas, mas estas devem incentivar as pessoas a aumentar a quantidade de fruta e hortícolas consumidas, preferencialmente frescos ou adequadamente processados.

- Deve-se estabelecer um objectivo nutricional nacional (numérico), por ex. consumo mínimo de 400g/dia de hortofrutícolas. Este valor, deverá ser apropriado e atingível, tendo em conta a realidade da população e os seus actuais consumos de hortofrutícolas. O recurso a frases simples como “Coma 5 porções de hortofrutícolas por dia” (simplificando: “5 por dia”), usada actualmente em muitos países, principalmente em países desenvolvidos, pode ajudar a atingir os objectivos nacionais. No entanto é desejável não perder de vista os objectivos de consumo nacionais, que poderão relacionar-se com o número de refeições nas quais, as pessoas consomem fruta e hortícolas, ou com o número de pratos (ex.: como utilizado na Tailândia), ou com o número de porções ou número de diferentes tipos de fruta e hortícolas (ex.: tal como em alguns países Europeus e nos EUA) dependendo do que é melhor compreendido culturalmente.

Objectivos

Quando se estabelecem objectivos ao nível nacional para atingir diferentes metas, a distinção entre objectivos de curto, médio ou longo prazo pode ser útil, tal como diferenciar entre objectivos genéricos e específicos. Os seguidamente apresentados devem servir como exemplo:

- *Curto-prazo*: aumentar em 20% o número de pessoas com hortas caseiras num espaço de dois anos.
- *Médio-prazo*: aumentar em 20% a produtividade das hortas existentes num espaço de cinco anos; aumentar a diversidade de espécies cultivadas para um mínimo de seis por agregado familiar num espaço de cinco anos.
- *Longo-prazo*: aumentar o consumo de fruta e hortícolas para os níveis recomendados nos grupos alvo num espaço de 10 anos.

Outros exemplos de objectivos específicos e genéricos

Específicos

- Avaliar o consumo actual de fruta e hortícolas para identificar grupos alvo com o menor consumo, através de uma revisão bibliográfica de dados existentes ou utilizando técnicas de avaliação de consumo rápidas.
- Projectar como objectivo nutricional populacional a recomendação do consumo mínimo de 400g de fruta e hortícolas por dia – estabelecendo um enquadramento temporal que permita a transição.
- Obter introdução de políticas para o aumento da proporção de fruta e hortícolas nos programas alimentares governamentais.
- Diminuir as perdas pós-colheita e educar grupos alvo sobre tecnologias de conservação e preservação (ex.: secagem solar, transformação em pickles) apropriadas (de acordo com as necessidades em termos de saúde e disponibilidade).

Genéricos

- Aumentar e diversificar a produção de fruta e hortícolas, a sua qualidade e segurança através:
 - Do "empowerment" das mulheres;
 - Da criação de empregos;
- Aumentar a disponibilidade de oferta de fruta e hortícolas e torná-los mais acessíveis em termos de custos, para os consumidores.
- Alterar conhecimentos, atitudes e comportamentos.
- Alterar/aumentar a quantidade e variedade de fruta e hortícolas consumidos para assegurar um melhor padrão alimentar geral.
- Consciencializar dentro das instituições para a necessidade de aumentar o consumo de fruta e hortícolas.
- Sensibilizar a sociedade civil para a importância do consumo de fruta e hortícolas através dos media.
- Envolver a comunidade nos serviços e programas que incluam aspectos nutricionais (ex.: providenciar fundos e conhecimentos à comunidade).



>>> 6.6 Actividades ao nível nacional

6.6.1 POLÍTICAS NACIONAIS E PLANOS DE ACÇÃO JÁ EXISTENTES

Todos os países subscreveram a declaração universal dos direitos humanos, anteriormente citada, que inclui o direito a alimentos. Muitos países têm políticas de nutrição e alimentação, ou de segurança alimentar e/ou planos de acção nos quais as políticas de promoção de fruta e hortícolas deveriam estar idealmente incluídas.

A equipa coordenadora nacional de âmbito multisectorial deve identificar as políticas e acções mais relevantes, incluindo as financeiras, agrícolas, de promoção da saúde, ambientais e alimentares. Pode haver necessidade de actualizar ou rever políticas nacionais existentes (ex.: políticas de segurança alimentar), se estas não contemplarem os hortofrutícolas. Por exemplo: para incluir a promoção de cultivar hortícolas em jardins (“jardins de vegetais”); para adicionar o tópico das fruta e hortícolas se as últimas políticas estiverem focadas nos cereais e tubérculos; para integrar fruta e hortícolas nas políticas e programas de alimentação escolar, terapêutica e de emergência.

A equipa coordenadora nacional deve também assegurar a existência de investigação relevante e orientada para a sua aplicação prática para utilização no desenvolvimento de políticas. Políticas que, quando planeadas, devem ter em conta a promoção de fruta e hortícolas ao nível nacional, incluem:

- programas de segurança alimentar;
- políticas nutricionais (que incluam recomendações alimentares);
- políticas agrícolas (de produção);
- políticas de qualidade e segurança alimentar;
- políticas de saúde;
- políticas de prevenção e controlo de doenças crónicas não transmissíveis;
- políticas de educação (educação para a saúde) incluindo currículos escolares;
- políticas de crédito;
- políticas ambientais;
- políticas de produção familiar;
- políticas de trabalho, terras e água;
- políticas de comércio e transporte, ex.: desenvolvimento de pequenos negócios e reformas no marketing;
- políticas de taxação nos alimentos e agricultura;
- plano nacional de horticultura;
- estratégia nacional de redução de pobreza;
- políticas da PAC (política agrícola comum) incluindo a utilização adequada e segura dos pesticidas;
- prioridades e programas doadores (bilaterais e multilaterais).



6.6.2 POSSÍVEIS INTERVENÇÕES AO NÍVEL NACIONAL

Considerações gerais

É importante planear as intervenções de produção e consumo tanto nas áreas rurais, como nas urbanas e peri-urbanas. O ambiente urbano/peri-urbano é muito variado nos países independentemente do seu nível socio-económico, e por vezes varia de região para região dentro de um mesmo país. A(s) intervenção(ões) seleccionada(s) deve(m) ter em conta o contexto particular em que vai(ão) ser implementada(s).

Quando se planeiam intervenções para um país pode ser necessário diferenciar entre as que estão relacionadas com fruta das que estão relacionadas com hortícolas, uma vez que diferentes questões devem ser abordadas para aumentar o consumo de cada grupo de alimentos, como por exemplo:

- Geralmente as pessoas gostam de consumir fruta e estes são fáceis de ingerir, as restrições ao seu consumo podem estar mais relacionadas com o seu preço e a sazonalidade;
- Os hortícolas necessitam de preparação e é necessário educar as pessoas sobre como estes se preparam e cozinham, e adicionalmente enfatizar a necessidade de aumentar o seu consumo.

Todos os programas de intervenção devem ser baseados numa completa avaliação das necessidades e devem incorporar um plano de avaliação. As tabelas que se seguem, apresentam possíveis áreas de intervenção e programas a desenvolver, para cada tipo de consumidor (população alvo).

Pequenos proprietários rurais que produzem fruta e hortícolas para consumo próprio ou para abastecimento de mercados

Objectivos	Áreas para a acção/possíveis intervenções
<p>Aumentar e diversificar a produção de fruta e hortícolas para obter segurança, qualidade e diversidade ao longo do ano</p>	<p>Construir capacidade de investigação para adaptação local, extensão, multiplicação do material cultivável e distribuição focando os seguintes aspectos chave:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Segurança e qualidade para aumentar o consumo:</i> <ul style="list-style-type: none"> - Programa de hortofrutícolas seguros - Política Agrícola Comum – focando o uso de pesticidas e a prevenção da contaminação • <i>Melhorias no cultivo, selecção e promoção, tendo em vista o conteúdo nutricional, qualidade e sabor:</i> <ul style="list-style-type: none"> - Promoção do cultivo de espécies com elevado valor nutricional, ex.: batata doce amarela, vegetais de folhas verdes escuras, etc. • <i>Promoção de técnicas para expandir a produção sazonal:</i> <ul style="list-style-type: none"> - Produção por fases - Água
<p>Aumentar a disponibilidade e a facilidade de compra de fruta e hortícolas</p>	<p>Construir capacidade para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Tecnologias de redução das perdas pós-colheita</i> <ul style="list-style-type: none"> - Tecnologia de colheita - Tecnologia de processamento - Melhor armazenamento - Embalagem para manter a frescura - Redução dos níveis de perdas domésticas através da educação das mulheres • <i>Programar e gerir a produção para reduzir as lacunas e/ou a sobreprodução sazonal e para salvaguardar a conveniências de preços para o produtor e para o consumidor</i> • <i>Aumentar o envolvimento dos pequenos produtores e incentivar a partilha através:</i> <ul style="list-style-type: none"> - Da promoção de sociedades de pequenos produtores - Promoção de esquemas para informação transparente da estipulação dos preços e práticas justas pelos intermediários - Disseminação da informação de mercado, ex.: placas com os preços nas zonas rurais (como praticado por exemplo em Moçambique) - Marketing direccionado, ex.: promoção dos mercados de agricultores
<p>Alteração de conhecimentos, atitudes e comportamento</p>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Programas de educação</i>– para mulheres, crianças, agricultores, agentes de desenvolvimento, responsáveis pelo planeamento e desenvolvimento de políticas, gestores, especialistas em assuntos de interesse para este tema • <i>Acesso a informação e conhecimentos já existentes</i>– utilização adequada dos media • <i>Modificação do comportamento</i>– facilitar a participação no planeamento • <i>Marketing social</i>– produção de tabelas de <i>marketing</i>, que onde activas, suportem grupos, programas e redes de trabalho
<p>Aumentar a quantidade de fruta e hortícolas consumidos, substituindo quando desejável, os alimentos de elevada densidade energética e nutricionalmente pobres</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Utilização dos meios de comunicação locais (especialmente a rádio), competições, teatros, representações, exposições em mercados • Educação de mães sobre alimentação saudável em centros de vacinação ou locais onde se verifique o peso das crianças, promover o consumo de fruta e hortícolas em vez de alimentos nutricionalmente pobres

Consumidores mistos – rurais e particularmente jardineiros urbanos, mas também dependentes de abastecimento nos mercados

Objectivos	Áreas para a acção/possíveis intervenções
Aumentar e diversificar a produção de fruta e hortícolas para obter diversidade ao longo do ano, segurança e qualidade	<ul style="list-style-type: none"> • Recolher e disseminar informação sobre programas de jardinagem bem sucedidos • Incentivar a jardinagem em comunidades, clubes, redes de trabalho, etc. • Disponibilizar locais para a prática da jardinagem em áreas urbanas e peri-urbanas • Organizar e expandir programas de formação sobre jardinagem, nutrição, segurança alimentar, etc. • Salvaguardar variedades tradicionais/indígenas de fruta e hortícolas
Aumentar a disponibilidade e a facilidade de compra de fruta e hortícolas	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar as infra-estruturas de comercialização • Promover programas que permitam a geração de rendimentos
Alteração de conhecimentos, atitudes e comportamento	<ul style="list-style-type: none"> • Organizar campanhas nos media • Revisão dos currículos escolares e outras políticas nacionais e estratégias que apoiem jardinagem e eduquem sobre os benefícios para a saúde do consumo de fruta e hortícolas
Aumentar a quantidade de fruta e hortícolas consumidos, substituindo quando desejável, os alimentos de elevada densidade energética e nutricionalmente pobres	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver e promover métodos de preservação de alimentos simples e de pequena escala para serem utilizados ao nível doméstico • Promover receitas utilizando fruta e hortícolas



Consumidores dependentes do mercado

Sugerem-se três áreas de intervenção

- Comunicação, educação e publicidade, abordagens que atingem um vasto grupo populacional e que tendem a ser dispendiosas;
- Intervenções mais direccionadas envolvendo alterações ambientais, i.e. através da melhoria ao acesso e da melhoria da disponibilidade de fruta e hortícolas que implicam acções intersectoriais;
- Regulação, como por exemplo, políticas fiscais, regulação das menções de saúde ou publicidade, facilitando a utilização de menções de saúde para fruta e hortícolas.

Objectivos	Áreas para a acção/possíveis intervenções
<p>Aumentar e diversificar a produção de fruta e hortícolas para obter diversidade ao longo do ano, segurança e qualidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhar com pequenos produtores peri-urbanos para identificar quais os tipos de fruta e hortícolas apropriados para estes tipos de projectos • Projectos melhoria das cadeias de abastecimento que visem a eficiência desde o cultivo, passando pelos mercados e até à mesa do consumidor com os sistemas de inovação tecnológicos e de informação apropriados; tendo necessariamente em atenção as questões de segurança alimentar (ex.: utilização de redes de abastecimento de água seguras) • Formação dos agricultores sobre as técnicas e questões relacionadas com a eficiência e segurança na produção; desde a produção até à preparação para venda. O que deve incluir educação e treino sobre métodos de “produção amigos do ambiente” • Educação para assegurar que a produção ou a preparação dos alimentos não produz impactos negativos na saúde
<p>Aumentar a disponibilidade e a facilidade de compra de fruta e hortícolas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Produção em pequena escala/produção domésticas, preparação de alimentos e sua venda, como forma de gerar rendimentos • Alternativas para a comercialização – promover abordagens que complementem a distribuição através de cadeias de supermercados • Importância de políticas específicas que apoiem este tipo de distribuição local • É necessário promover a segurança alimentar, sem impedir que os pequenos produtores vendam em locais como, feiras de rua, mercados de agricultores, mercados móveis em camiões
<p>Alteração de conhecimentos, atitudes e comportamento</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Educação direccionada para homens e mulheres sobre: <ul style="list-style-type: none"> - nutrição adequada e como a adquirir através da alimentação - fruta e hortícolas como parte de uma alimentação equilibrada - importância dos hortofrutícolas para prevenir as deficiências em micronutrientes nas crianças - prevenção de doenças cardiovasculares, obesidade, cancro, etc. - preparação segura e técnicas de preparação e armazenamento culturalmente apropriadas • Campanhas de educação nos meios de comunicação social para informar sobre os benefícios do consumo de fruta e hortícolas na prevenção da sobrenutrição, doenças crónicas não transmissíveis e deficiências nutricionais
<p>Aumentar a quantidade de fruta e hortícolas consumidos, substituindo quando desejável, os alimentos de elevada densidade energética e nutricionalmente pobres</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Campanhas de educação pública para promover o aumento do consumo da utilização de fruta e hortícolas em restaurantes (educação quanto aos benefícios para a saúde e como aumentar as vendas de fruta e hortícolas)

Consumidores Institucionais

Sugerem-se algumas considerações gerais para intervenções incluídas na agenda nacional:

- Estratégias específicas em escolas, locais de trabalho e outras instituições. Atender a literacia, acesso aos meios de comunicação social, ambiente rural ou urbano, papéis do homem e da mulher, papéis sociais, indústria alimentar, políticas nacionais.
- As políticas nacionais devem tentar proporcionar uma situação de ganho mútuo, ex.: primárias e a indústria alimentar podem ser incentivadas a trabalhar nestes programas através da abertura dos largos mercados controlados pelos governos, ex.: programas alimentares escolares e esquemas de abastecimento de produtos caseiros.
- Em termos dos papéis homem vs mulher, é útil envolver as mulheres na optimização da cadeias de abastecimento, incluindo a educação das mesmas para o desempenho na cozinha.
- Escolas e hospitais são visíveis para o público; se estas não forem consistentes e promoverem alimentação saudável mas disponibilizarem itens alimentares pouco saudáveis, esta postura vai comprometer todo o programa. Os hospitais e as escolas representam uma oportunidade não só para promover hábitos alimentares saudáveis, mas também para providenciar alimentos saudáveis.

Objectivos	Áreas para a acção/possíveis intervenções
Aumentar e diversificar a produção de fruta e hortícolas para obter diversidade ao longo do ano, segurança e qualidade	<ul style="list-style-type: none"> • Programas institucionais de alimentação organizados pelos governos, ex.: providenciar em hospitais, acampamentos, exércitos, escolas, instituições de correcção, etc., sementes e formação para ajudar as comunidades locais a produzir fruta e hortícolas para programas alimentares • Favorecer o desenvolvimento de projectos baseados em cadeias de abastecimento que incentivem produtores e agricultores peri-urbanos de áreas propícias ao cultivo de fruta e hortícolas para que estes possam beneficiar da integração em cadeias de abastecimento ligadas a programas alimentares institucionais
Aumentar a disponibilidade e a facilidade de compra de fruta e hortícolas	<ul style="list-style-type: none"> • Jardins escolares: <ul style="list-style-type: none"> - incentivar o uso de fruta e hortícolas indígenas; ensinar tanto rapazes como raparigas a cozinhar - envolver pais e outros membros da comunidade escolar
Alteração de conhecimentos, atitudes e comportamento	<ul style="list-style-type: none"> • Envolver figuras públicas na promoção do aumento do consumo de fruta e hortícolas (ex.: na Tailândia uma figura da realeza promove a saúde e a nutrição, nos EUA um senador promove fruta nas escolas do seu Estado) • Ligar a alimentação saudável à actividade física e desporto • Dar reconhecimento a ONG's e líderes religiosos que trabalhem no sentido de promover a nutrição saudável • Educar relativamente à culinária e preparação de fruta e hortícolas para a alimentação de trabalhadores nas comunidades, escolas e restaurantes • Manter ou (re)introduzir nutrição e culinária como parte dos currículos escolares • Jardins escolares – educação quanto a jardinagem e nutrição equilibrada • Visitas de estudo a mercados locais ou supermercados para educar as crianças em idade escolar sobre a disponibilidade de fruta e hortícolas • Fornecer fruta nas refeições feitas a meio da manhã e a meio da tarde (ex.: como oferecido na Dinamarca, Noruega e Reino Unido)
Aumentar a quantidade de fruta e hortícolas consumidos, substituindo onde necessário, estes alimentos por outros de elevada densidade energética e nutricionalmente pobres	<ul style="list-style-type: none"> • Programas de alimentação escolar (nas escolas ao nível nacional, quer seja gratuitamente ou em refeições pagas) concebidos de modo a aumentar o consumo de fruta e hortícolas nas crianças em idade escolar (i.e. como parte de uma alimentação equilibrada, e não só por causa da subnutrição), ligados a cadeias de abastecimento laterais para promoverem/apoiarem a produção local • Os programas alimentares governamentais devem ser consistentes com as políticas de nutrição nacionais e devem promover a comprar e consumo de fruta e hortícolas.

>>> 6.7 Fontes de dados e recolha de dados

A recolha de dados sobre o abastecimento e consumo de fruta e hortícolas deve ser integrado num sistema nacional de monitorização de nutrição (ex.: incluindo antropometria, balanças alimentares, inquéritos alimentares). É essencial recolher ou utilizar, até onde for possível, dados primários e secundários que permitam perceber o comportamento actual dos produtores e consumidores. Muitos países já recolhem por rotina dados sobre os hábitos alimentares, produção agrícola, etc. que podem ser usados aquando do desenvolvimento de um programa de promoção de fruta e hortícolas.

Idealmente, a equipa coordenadora nacional deve incluir especialistas que forneçam ou recolham esses dados, ou a equipa deve planear ou atribuir esse trabalho desde o início. A recolha de dados específicos, utilizando a metodologia apropriada, pode ser necessária para um programa de intervenção. Todos os dados recolhidos devem ser tornados públicos e utilizados para os propósitos do programa.

Fontes de dados gerais

Estas incluem:

- Relatórios de censos agrícolas;
- Inquéritos alimentares, incluindo em instituições, onde a avaliação do abastecimento pode ser feita se os fornecedores de hortofrutícolas estiverem identificados, ex.: comprados no bar ou cafetarias, trazidos de casa, comprados fora;
- Aquisição de dado sobre os alimentos comprados pelas instituições, ex.: nos locais de trabalho, hospitais, estabelecimentos militares.

Dados providenciados pela OMS e FAO

Alguns web sites úteis para aceder a dados fornecidos pela OMS e FAO incluem:

FAO

Site geral para dados estatísticos:

http://www.fao.org/waicent/portal/statistics_en.asp

OMS

Infobases sobre factores de risco para as doenças crónicas:

http://www.who.int/ncd_surveillance/infobase/web/en/

Sistema de informação sobre deficiências em micronutrientes

http://www.who.int/nut/db_mdms.htm

Metodologia para a recolha de dados

Metodologia gerais que podem ser usadas para a recolha de dados em todos os grupos de consumidores incluem:

- Inquérito técnico do Banco Mundial/Instituto Internacional de Investigação em Política Alimentar
- Avaliação da participação rural
- Avaliação rural rápida
- Instrumentos simples, válidos e de rápida aplicação são necessários para recolher dados em todos os grupos sobre abastecimento e consumo, ex.: instrumento de avaliação rápida (rapid appraisal tool)

Informação de base

Informação que deve ser recolhida como dados de base, se ainda não existir:

- Que tipo de pessoas compram fruta e hortícolas e quando os consomem durante o dia (organizados por idades, género, tamanho do agregado familiar, estado civil, rendimento ou nível de educação)
- Em que locais as pessoas compram os hortofrutícolas
- Em que locais os consomem: casa, restaurantes, escolas, locais de trabalho, comida de rua
- Como os consomem (tipo e forma de preparação, etc.)
- Custo das fruta e hortícolas em diferentes fontes de abastecimento, em comparação com outros alimentos

Princípios gerais para a recolha de dados

- Assegurar que esta recolha é feita por pessoas qualificadas (ex.: investigadores universitários), e que a metodologia usada é standardizada e validada;
- Sensibilizar os investigadores para o tipo de dados necessários, evitando investigações desnecessariamente complicadas;
- Criar um organismo central no país para a recolha dos dados, ex.: centro de estatística;
- Relacionar os estudos diagnósticos com a monitorização e avaliação.

>>> 6.8 Monitorização e avaliação

- Criar uma cultura de avaliação – construir capacidade para monitorização e avaliação
- Nenhum programa deve ser contemplado se não incluir um mecanismo de avaliação regular. Incorporar a monitorização e avaliação no planeamento, desenho e processo de implementação, e incluir um orçamento específico destinado à monitorização e avaliação.
- Definir a estratégia de monitorização e avaliação durante o desenho do programa, assegurar a disponibilidade de dados de base e planeamento estudos iniciais de forma a que estes possam ser usados para futura monitorização
- Incluir peritos na equipa de avaliação (ex.: peritos em estatística, economistas para a análise custo- benefício, gestores de programas para determinar o que deve ser avaliado)
- Monitorizar frequentemente durante o processo, e avaliar formalmente para definir alterações de liderança com menor frequência.
- Monitorizar todos os princípios de orientação: acessibilidade, disponibilidade, etc.
- Assegurar a disseminação dos resultados da avaliação

O que deve ser monitorizado?

O processo de monitorização (operacionalização, aspectos da implementação), resultados (ex.: aumento do consumo de fruta e hortícolas), impacto (ex.: na saúde) e custo – eficiência.

Processo de avaliação

Todos os programas devem incluir avaliação do processo para despiste de problemas e para se conseguir uma implementação efectiva, i.e.

- Averiguar se o programa é implementado conforme o planeado;
- Identificar constrangimentos para a implementação;
- Utilizar informação para melhorar a implementação; identificar, testar e ajustar com medidas correctivas quando necessário.

Resultado da avaliação

Este deve ser feito para verificar se os resultados esperados foram obtidos como resultado da implementação do projecto.

Avaliação do impacto e da eficiência dos custos

É necessário conduzir uma avaliação cuidadosa e rigorosa para testar o impacto e a eficácia dos custos do programa de intervenção em diferentes contextos. No entanto, isto não necessita de ser feito para todos os programas pois tende a desgastar significativamente custos e recursos. A avaliação do impacto deve focar-se em verificar se o programa alcançou os objectivos propostos e também para verificar factores de sucesso.

Seleção de indicadores apropriados

Avaliação do processo

Incluir indicadores, para:

- Grupos alvo (ex.: se a intervenção está a atingir os grupos alvo previstos);
- Cobertura (que percentagem da população está a ser contemplada);
- Fornecimento/execução (se a intervenção está a decorrer conforme planeado, o que pode ser feito para melhorar aspectos operacionais do programa e para tornar a implementação mais efectiva).

Avaliação dos resultados

Exemplo de indicadores que avaliem os resultados:

- Se o consumo de fruta e hortícolas ao nível da população ou dos agregados familiares aumentou;
- Se o consumo ao nível individual aumentou em diferentes grupos etários;
- Se a disponibilidade/oferta de fruta e hortícolas aumentou.

Avaliação do Impacto

Exemplo de indicadores que ilustrem se a intervenção está a ir de encontro aos objectivos propostos:

- Se o estado nutricional mudou (ex.: menos deficiências em micronutrientes)
- Se os perfis dos factores de risco para as doenças crónicas não transmissíveis se mantém ou melhoram;
- Se o estado de saúde sofreu melhorias.

Alguns indicadores de outros estudos podem ser usados, por exemplo:

- Inquéritos alimentares para monitorização do consumo alimentar;
- Indicadores bioquímicos para monitorizar deficiências em micronutrientes
- Medidas antropométricas para monitorizar obesidade
- Doenças e hospitalizações para monitorizar doenças crónicas.



Anexos I

Participantes

Dra. Paulina Semedo	Ministério da Saúde; Angola
Eng. Joaquim Duarte Gomes	Director, Direcção Nacional de Agricultura, Pecuária e Florestas; Angola
Dra. Débora Malta	Coordenadora de Doenças e Agravos Não Transmissíveis do Ministério da Saúde; Brasil
Dra. Ana Beatriz Vasconcellos	Coordenadora, Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde; Brasil
Dra Inês Rugani	Instituto de Nutrição Annes Dias/Sec. Municipal de Saúde do Rio de Janeiro/Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Brasil
Dr. Sebastião Barbosa	Coordenador para a Cooperação Internacional; EMBRAPA, Indústrias Agro Alimentares; Brasil
Dr. Luiz Odorico Monteiro de Andrade	Município de Fortaleza; Brasil
Eng. Ilidio Sanches Furtado	Líder do Programa de Fruta e Vegetais, Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas; Cabo Verde
Enf. Nhace Nafampela	Ministério da Saúde; Guiné-Bissau
Eng. Domingos Mendes Pereira	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural; Guiné-Bissau
Dra. Sónia Khan	Ministério da Saúde; Moçambique
Eng. Eurico Amad	Ministério da Agricultura; Moçambique
Prof. Dra. Maria Daniel Vaz de Almeida	Coordenação Portuguesa do projecto Pro-Children; Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto; Portugal
Dra. Bela Franchini	Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto; Portugal
Eng.ª Conceição Lopes	Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar, Ministério da Agricultura; Portugal
Prof Dra. Isabel Ferreira	Instituto Superior de Agronomia; Portugal
Dra. Emília Nunes	Chefe da Divisão de Promoção e Educação para a Saúde, Direcção Geral da Saúde/Ministério da Saúde; Portugal
Dra. Marta Baptista	FenaFrutas, Confagri; Portugal
Eng. Augusto Ferreira	Confagri; Portugal
Dr. Arlindo Bonfim	Ministério da Saúde; S. Tomé e Príncipe
Dr. Aurélio da Graça	Ministério da Saúde; S. Tomé e Príncipe
Dra. Ana Isabel F de Sousa Soare	Chefe do Departamento da Promoção de Saúde do Ministério da Saúde; Republica Democrática de Timor-Leste
Dra Dircia Maria Soares	Oficial da Unidade de Nutrição do Departamento de Saúde Materno - Infantil; Republica Democrática de Timor-Leste

FAO

Dr. Eric Kueneman Chefe da Divisão de Produção de Plantas, FAO - Roma; Itália

Dr. Wilfried Baudoin FAO - Roma; Itália

OMS

Dra. Ingrid Keller Organização Mundial da Saúde - Genebra; Suíça

Dr. Filipe Junior Escritório Regional da Organização Mundial da Saúde para África; República Democrática do Congo

IMP-FML

Dra. Sofia Guiomar Coordenadora da Unidade de Nutrição, Instituto de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina de Lisboa; Portugal
Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge; Portugal

Dra. Marta Ribeiro Instituto de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina de Lisboa, (colaboração pontual na organização deste evento); Portugal

DGS

Dra. Vanessa Candeias Divisão de Promoção e Educação para a Saúde, Direcção Geral da Saúde/Ministério da Saúde; Portugal
Instituto de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina de Lisboa; Portugal

Observadores

Dra. Helena Cid Becel/Unilever; Portugal

Dra. Maria do Carmo Associação Nacional de Produtores; Portugal

Eng^a Sandra Teixeira Pinto ANPMA; Portugal

Dr. João Crisóstomo Associação de Produtores de Maçã de Alcobça; Portugal

Dra Francisca Avilez Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge; Portugal

Dra. Andreia Oliveira Serviço de Higiene e Epidemiologia da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto; Portugal

Enf. Alice Quintas Administração Regional de Saúde Centro; Portugal

Dra. Elsa Soares Centro Regional de Saúde Pública de Lisboa e Vale do Tejo; Portugal

Dra Joana Ávila Instituto Nacional de Cardiologia Preventiva; Portugal

Dr. José Augusto Ramos Rocha World Union of Wholesale Markets; Portugal

Dr. João Breda Centro Regional de Saúde Pública do Centro; Portugal

Dra. Alexandra Bento Associação Portuguesa de Nutricionistas; Portugal

Dr. Jacky Ganry Centro de Cooperação Internacional em Investigação Agronómica para o Desenvolvimento (CIRAD); França

Dr. Júan Manuel Hidalgo Pérez Associação para a Promoção do Consumo de Fruta e Hortalizas "5al día"; Espanha

Anexos 2

Programa do Workshop de Lisboa

1 DE SETEMBRO 2004, MANHÃ

09:00–09:30	Sessão de abertura do workshop <i>Prof. Doutor José Pereira Miguel, Alto Comissário da Saúde de Portugal/Director do Instituto de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina de Lisboa</i>
09:30–10:00	Hortofrutícolas – benefícios para a saúde resultantes do seu consumo <i>Prof. Doutor Pedro Moreira – FCNAUP</i>
10:00–10:30	Guia de Orientação OMS/FAO de Kobe para a promoção de hortofrutícolas ao nível nacional <i>Dra. Ingrid Keller - Organização Mundial da Saúde, Genebra</i>
10:30–11:00	A promoção da alimentação saudável no contexto da segurança alimentar e nutricional (CONSEA) <i>Dra. Ana Beatriz Vasconcellos - Coordenadora Geral da Política de Alimentação e Nutrição, Ministério da Saúde do Brasil</i>
11:00–11:30	O incentivo ao consumo de fruta, legumes e verduras (FL&V): perspectivas Brasil - 2005 <i>Dra. Ana Beatriz Vasconcellos - Coordenadora Geral da Política de Alimentação e Nutrição, Ministério da Saúde do Brasil</i>
10:30–12:00	Intervalo para chá e café
12:00–12:30	Promovendo fruta e vegetais para a segurança alimentar e nutricional <i>Dr. Eric Kueneman - Chefe da Divisão de Produção de Plantas, FAO</i>
12:30–13:00	Promoção do consumo adequado de fruta e hortícolas em adolescentes europeus - Projecto Pro-children Portugal <i>Prof. Doutora Maria Daniel Vaz de Almeida - Coordenação Portuguesa do projecto Pro-Children, FCNAUP</i>
13:00–14:00	Almoço de trabalho com apresentação de posters dos países participantes
14:30–15:00	A implantação da Estratégia Global e o incentivo de fruta, legumes e verduras no contexto das DCNT no Brasil - 2005 <i>Dra. Deborah Malta - Coordenação Nacional de Doenças e Agravos Não Transmissíveis, Ministério da Saúde do Brasil</i>
15:00–15:30	Promoção do consumo de fruta e hortaliças na cidade do Rio de Janeiro <i>Dra. Inês Rugani - Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro</i>

1 DE SETEMBRO 2004, TARDE

15:30	Sessão Plenária – Introdução dos Grupos de Trabalho
15:30–16:30	Grupos de Trabalho, por sector (saúde vs agricultura), para discussão do Guia de Orientação de Kobe sobre a promoção de hortofrutícolas e formas de o implementar ao nível nacional
16:30–16:45	Intervalo para chá e café
16:45–18:30	Continuação dos trabalhos de grupo por sector

2 DE SETEMBRO 2004, MANHÃ

09:00–09:30 Comunicar a saúde e promover a educação na saúde - os players (actores)
Dra. Isabel de Santiago - Assessora de Comunicação em Saúde, Ministério da Saúde de Portugal

09:30–10:00 Feedback dos Trabalhos de Grupo

10:00–13:00 Trabalho de Grupo, por país, para a preparação dos “planos de acção” sobre a promoção de hortofrutícolas

Intervalo para chá e café de acordo com a disponibilidade dos Grupos de Trabalho

13:00–14:00 Intervalo para almoço

2 DE SETEMBRO 2004, TARDE

14:00–16:00 Apresentação dos planos de acção desenvolvidos por cada país e discussão final

16:00–16:30 Sessão de encerramento

Anexos 3

Lista de Abreviaturas

DCNT - Doenças Crónicas Não Transmissíveis

DGS - Direcção Geral da Saúde Portuguesa

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

FCNAUP – Faculdade Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto

F&H - Fruta e Hortícolas

GT – Grupo de Trabalho

IMP – FML – Instituto de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina de Lisboa

MA - Ministério da Agricultura

MS – Ministério da Saúde

OMS - Organização Mundial da Saúde



ISBN 978 92 4 859402 1

